



DAVI HOERLLE SANTOS

A Questão da Demanda por Autonomia na Bolívia

Brasília
2008

DAVI HOERLLE SANTOS

A Questão da Demanda por Autonomia na Bolívia

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB. Professora orientadora: Raquel Boing Marinucci

Brasília
2008

DAVI HOERLLE SANTOS

A Questão da Demanda por Autonomia na Bolívia

Banca Examinadora:

Profa. Raquel Boing Marinucci
(Orientadora)

Profa. Aline Maria Thome Arruda
(Membro)

Profa. Renata de Melo Rosa
(Membro)

Brasília, 01 de dezembro de 2008.

AGRADECIMENTO

Agradeço aos meus pais, que nunca mediram esforços para que eu tivesse uma educação de qualidade. Ao meu tio e professor, Paulo Hörlle, pelas dicas e questionamentos. Aos meus amigos e à minha orientadora, Raquel, cuja dedicação mostrou-se indispensável à elaboração do trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem por objeto a análise das questões que envolvem a autonomia exigida por alguns grupos na Bolívia. Essa busca é demandada pela comunidade indígena, bem como por alguns departamentos (estados) bolivianos. O estudo se concentra, portanto, no histórico dessas buscas, bem como em suas motivações. Identifica, também, quais os aspectos demandados por cada movimento a fim de compreender o teor das manifestações e reivindicações constantes na Bolívia. No caso das pessoas indígenas, a autonomia desejada diz respeito a um Estado que reconheça suas peculiaridades, que reconheça a existência de diversos direitos e que esses sejam implementados. Em relação aos departamentos bolivianos, a busca por autonomia se concentra na crítica à concentração de poder existente na Bolívia e reivindica direitos relativos à liberdade de legislar sobre diversos assuntos. Tal busca é realizada, principalmente, pelas regiões mais ricas do país. Dessa forma, a pesquisa envolve os principais atores bolivianos e a importância de cada um para a demanda por autonomias. Tudo isso é trabalhado no âmbito da autodeterminação dos povos e das teorias desenvolvidas por Nicos Poulantzas e Claus Offe que dizem respeito à autonomia relativa do Estado. Esse referencial teórico será utilizado com o intuito de descobrir a possibilidade de as autonomias demandadas pelos departamentos bolivianos terem fundamentos majoritariamente econômicos e oposicionistas.

Palavras chave: Bolívia, autonomia, política.

ABSTRACT

This paper analyses the issues involving the autonomy demanded by some groups in Bolivia. The search for autonomy is requested by the indigenous community and by some Bolivian departments (states). As a result, the study focuses on the history of these searches, as well as their motivation. It also identifies the aspects required by each autonomy movement in order to understand the intention of the constant demonstrations and claims in Bolivia. In the case of the indigenous people, the autonomy desired concerns a State able to recognize their peculiarities, as well as the existence of a variety of rights and to assure their implementation. In the case of Bolivian departments, the search for autonomy focuses on the criticism of the power concentration in Bolivia and it claims the right to legislate on various subjects. This specific departmental search for autonomy is pursued by a few of the richest regions of the country. In these matters, the research involves the main Bolivian actors and the importance of each one in this demand for autonomy. All of this is addressed within a theoretical framework based on the self-determination of peoples and the theories of Nicos Poulantzas and Claus Offe concerning the relative autonomy of State. These theories are used in order to discover if the demanded autonomies by Bolivian departments are mainly based on economic arguments and opposition groups.

Key words: Bolivia, autonomy, politics

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 ESTADO E TEORIAS	10
1.1 Contextualização.....	10
1.2 Soberania	11
1.3 Estado.....	13
1.4 Nação	15
1.5 Estado, nação e as classes	17
1.6 Estado contemporâneo	21
2 HISTÓRIA BOLIVIANA	25
2.1 Pós-independência	25
2.2 Fim da era caudilhista	29
2.3 A Revolução de 1952.....	33
2.4 Governos militares	35
2.5 Redemocratização	36
2.6 A ascensão de Evo Morales.....	39
3 A BUSCA POR AUTONOMIA	42
3.1 Histórico da autonomia indígena	42
3.2 Histórico da autonomia departamental	44
3.3 Autonomia pretendida por cada movimento	48
3.4 Justificativas e sustentações das buscas por autonomia.....	50
3.4.1 Departamental.....	50
3.4.2 Indígena.....	54
3.5 Contexto atual.....	56
3.6 Autonomia e as Relações Internacionais.....	58
CONCLUSÃO	60
RERERÊNCIAS	64

INTRODUÇÃO

Atualmente, os países da América do Sul estão inseridos em um contexto que tem contribuído para a ocorrência de grandes modificações políticas e sociais na região. A chegada ao poder de Governos de esquerda em diversos países sul-americanos é o principal exemplo disso, pois mostra a insatisfação popular com políticas do passado e as potenciais modificações por eles defendidas. Como resultado, os mais diversos conflitos tentarão afetar as propostas dos variados presidentes. Em alguns países, elas não obtiveram sucesso e serão contornadas politicamente. Já em outros, tais conflitos resultarão em crises políticas inéditas em suas histórias, gerando não só conseqüências internas, mas também no âmbito internacional.

Portanto, o objetivo do presente trabalho é analisar as questões que envolvem a busca por autonomia na Bolívia, tanto das comunidades indígenas (maioria no país) quanto dos departamentos (estados) localizados ao leste, responsáveis por suscitar uma instabilidade no país. Em um primeiro momento, pode-se perceber uma grave crise política na Bolívia, motivada pela aprovação de estatutos próprios realizados pelos departamentos situados em uma das partes mais ricas do país e que apresenta uma maior abundância de recursos naturais. Assim sendo, a pesquisa tentará compreender os atuais acontecimentos no país, utilizando a história boliviana como fator indispensável ao seu entendimento.

A análise irá se concentrar em quais são os movimentos autônomos na Bolívia, bem como o que representam para o Estado boliviano. Ela dará enfoque, também, aos motivos norteadores desses sentimentos de busca por autonomia, ao histórico dos grupos, às conseqüências geradas ao país e ao continente sul-americano e o significado dessa autonomia, no sentido de identificar em quais aspectos esses grupos desejam tornar-se autônomos. Deste modo, o presente trabalho terá o propósito de responder perguntas relativas à idéia da busca por autonomia dos departamentos do leste boliviano ter como motivação principal fundamentos meramente econômicos. Igualmente, a pesquisa tentará confirmar se essa busca representa um ato extremo de oposição ao Governo eleito, que tem se voltado à defesa e promoção das questões indígenas, principalmente reconhecendo a autonomia desses povos.

O trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro deles dará ênfase aos preceitos teóricos que embasarão a pesquisa, de forma a fornecer os subsídios para uma análise mais consistente. Assim, serão trabalhados os conceitos de Estado, nação e soberania, bem como os de legalidade e legitimidade e da autodeterminação dos povos. Em relação ao embasamento teórico, os pensamentos de Claus Offe e Nicos Poulatzas serão trabalhados na tentativa de explicar e sustentar os questionamentos da pesquisa.

O capítulo II irá tratar da história boliviana e dos atores que dela participaram. Logo, os principais atores do país serão destacados com o intuito de descobrir de que modo participaram da história do país para, posteriormente, descobrir a importância de cada um na demanda por autonomia. Na parte final do capítulo, a ascensão do presidente indígena Evo Morales será analisada, pois representa um feito histórico e indispensável ao entendimento das autonomias. A história da Bolívia será descrita principalmente com base nos livros dos autores Herbert S. Klein e Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo. O primeiro deles é especialista em Bolívia, com diversos livros publicados. Possui um enfoque bastante abrangente da história e fornece inúmeros detalhes dos principais acontecimentos. O segundo autor é um diplomata brasileiro cuja obra se dedica principalmente à evolução dos movimentos indígenas durante a história da Bolívia. Ambos os livros mostram a exploração e opressão aos povos indígenas naquele país.

Finalmente, o último capítulo abordará de forma específica a questão das autonomias, tendo como base a teoria utilizada e o contexto histórico. Logo, a pesquisa tentará identificar os reais motivos dessa demanda por autonomia na Bolívia, tanto a autonomia indígena tão criticada pela oposição do Governo, quanto a autonomia pretendida exatamente por essa oposição, concentrada majoritariamente na parte leste do país, região conhecida como Meia Lua.

A importância deste estudo possui ligação com o papel do Estado como ator primordial, mas não único, nas relações internacionais. Nesse sentido, diversos atores surgem com o poder de intervir no funcionamento desse Estado, sejam eles partidos políticos, organizações internacionais e a sociedade civil organizada. Por isso, os atos praticados no âmbito interno por alguns desses atores merecem ser investigados, uma vez que podem dificultar e até impedir uma maior integração regional, bem como ter consequências macroeconômicas para a região devido à instabilidade causada. O que tem acontecido dentro

da Bolívia tem produzido efeitos aos países vizinhos, especialmente ao Brasil e Argentina, em assuntos relativos a migrações e ao abastecimento de gás natural. Torna-se importante, portanto, abordar tal tema com o intuito de fomentar o diálogo a respeito dessas questões, pois podem servir de exemplo a outros grupos na região, bem como produzir resultados mais sérios aos países vizinhos e à própria Bolívia.

1. Estado e teorias

O presente capítulo abordará conceitos indispensáveis a um trabalho cuja preocupação envolve o Estado enquanto poder político organizado, com base na idéia consolidada na Paz de Vestfália, em 1648. Desta forma, serão trabalhados os significados de Estado, soberania e nação e aplicados ao caso específico da Bolívia.

Em seguida, conceitos que dizem respeito à autonomia relativa do Estado serão utilizados a fim de se desvendar a atual posição do governo da Bolívia e descobrir se tal contexto pode ter influenciado esta demanda por autonomia na região e a reação do Governo central. Certamente, tais discussões terão como base a legalidade e legitimidade em que estão inseridas, uma vez que é necessário tratar da legalidade que o Governo boliviano utiliza para legitimar suas ações, assim como a legitimidade que os movimentos autônomos possuem, ainda que considerados ilegais em suas ambições. A pretendida autonomia destes movimentos será discutida na esfera da autodeterminação dos povos e de documentos internacionais, que tentarão servir de apoio à busca por autonomia.

1.1 Contextualização

Ao longo da história, os vários formatos assumidos pelo Estado refletem os diversos processos pelos quais as civilizações atravessaram. Nesse sentido, tais formatos representam épocas específicas em que as sociedades experimentaram diversas maneiras de organização e distribuição do poder em seus territórios. Somente em 1648, com a Paz de Vestfália, a idéia que se tem atualmente de Estado foi consolidada. Por meio de vários acordos, os países da Europa puderam centralizar seu poder político, bem como delimitar seus territórios. O Estado foi reconhecido como soberano, isto é, como autoridade superior no que diz respeito a questões internas (poder supremo) e não dependente a qualquer outro poder externo, de forma que os Estados passaram a ser iguais no plano internacional. Esta nova ordem conferiu novas realidades aos Estados, baseadas em regras e princípios até então inexistentes, garantindo uma inédita maneira de organização entre eles. Essa igualdade no plano internacional não impediria, contudo, as tentativas de sobreposição de um interesse sobre o outro. Com a Paz de Vestfália, houve uma considerável diminuição na influência da Igreja e dos impérios nos

assuntos políticos, econômicos e sociais, o que contribuiu para o fato de os Estados terem se tornado os principais atores a conduzir as relações internacionais, únicos responsáveis pelo o que acontecia em seus territórios naquele momento.

1.2 Soberania

Nesse contexto, idéias relacionadas à soberania, Estado e nação começavam a ser concretizadas. Um dos grandes teóricos da soberania foi Jean Bodin ¹. Em sua concepção, soberania significava independência dentro do contexto internacional, de modo que os Estados respeitassem as fronteiras dos outros Estados. Denotava, também, o poder absoluto e perpétuo de uma República. Entretanto, a idéia de poder absoluto para ele sofria limitações de lei divina e natural, bem como limitações das leis do reino. Teria, também, um aspecto eterno, mesmo que o soberano tivesse caráter efêmero. A limitação do poder soberano era compartilhada por John Locke ², uma vez que soberania seria o supremo poder cujas limitações se dariam pelo contrato e pelo povo, representado pelo parlamento. Para Thomas Hobbes, o poder soberano não possuía limites jurídicos, mas possuía limite ético, segundo a abordagem moralista do século XX. De acordo com esta interpretação, o poder soberano seria reflexo do que se deve obedecer naturalmente, pois a vontade do soberano constitui o certo e o errado, bastando-se. Assim, ao instituir o soberano, o povo garantiria a sua sobrevivência não constituindo, assim, um sentimento de obrigação ³. Tais entendimentos acerca da soberania fazem parte de toda uma conjuntura que atribuía ao Rei o poder soberano, sendo este responsável por políticas que garantissem a paz e a defesa de seu território contra potenciais inimigos.

Independentemente de sua natureza, a finalidade da soberania em sua concepção moderna representava uma imposição por parte da unidade política organizada frente aos outros Estados que ocorria “... em decorrência de uma notável necessidade de unificação e concentração de poder, cuja finalidade seria reunir numa única instância o monopólio da força num determinado território e sobre uma determinada população e, com isso, realizar no

¹ BARROS, Alberto R. G. **A República para Bodin**. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n.77.. p. 73-90. 1993.

² MATTEUCCI, Nicola. Soberania. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

³ TUCK, Richard. **Hobbes**. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p.135-139.

Estado a máxima unidade e coesão política”⁴. Assim, esta unificação e concentração de poder representavam uma aversão ao fato de existirem diversos focos de poder, compostos seja pela igreja (lei divina), seja por quem quer reivindicasse o direito de governar. Soberania seria, portanto, uma pretensão de autoridade que “... en principio reclamaban para si los monarcas soberanos, y que a partir del Tratado de Westfalia (1648) reclamaron los Estados. Un Estado se convierte en soberano cuando otros así lo reconocen.”⁵. Dessa forma, o reconhecimento de soberania entre os Estados garantiu o desenvolvimento do direito internacional e serviu de auxílio para a diminuição de possíveis conflitos. A soberania reclamada pelos Estados produz conseqüências até os dias atuais, uma vez que os Estados são os únicos responsáveis por sua organização política, ainda que sofram as mais diversas influências.

Percebe-se, portanto, que nas datas anteriores à Paz de Vestfália, a idéia de soberania era ligada à pessoa que detinha o poder e geralmente era explicada por meios divinos. Havia, também, diversos focos de poder, por meio dos quais alguns atores alegavam o direito de governar. Já nas datas posteriores, a soberania adquiriu outro sentido e passou a ser uma característica do Estado, de acordo com Bodin. Posteriormente, esta concentração e unificação do poder passariam a sofrer limites para que não houvesse um Governo com poderes absolutos, no sentido de serem sem freios e limitações, diferentemente do que Bodin pensava.

Após alguns anos, a assinatura dos chamados tratados de Utrecht (1714) garantiu uma maior segurança aos Estados, uma vez que puseram fim a alguns conflitos (a Guerra da Sucessão na Espanha, por exemplo, que não havia sido evitada pelos tratados da Paz de Vestfália) e impediu que uma potência usasse todo seu poderio e condição superior da época sobre outros Estados. Esta limitação era amparada por regras que visavam a estabilidade do sistema formado por unidades independentes, que eram discutidas politicamente. Além da Guerra da Sucessão espanhola, novos limites territoriais foram estabelecidos, nova distribuição e devolução de colônias aos países europeus também fizeram parte de tais tratados. Assim, mais uma vez os Estados se utilizaram de todo um aparato consolidado que

⁴ MATTEUCCI, Nicola. Soberania. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

⁵ BEALEY, Frank. **Diccionario de Ciencia Política**. Trad: Raquel Vasquez Ramil. Madrid: Istmo, 2003. Verbete: Soberania.

havia se fortalecido nesta época para mais uma vez negociarem entre si e garantir um novo procedimento a ser seguido, ou seja, uma nova ordem.

1.3 Estado

A institucionalização do Estado pode ser explicada e defendida tendo por base diversos contextos, sejam eles filosóficos, políticos, históricos ou legais. Até mesmo o resultado de uma combinação destes. Logo, a complexidade do tema envolve uma evolução de características que vai desde um Estado cujo poder é concentrado em uma só pessoa até àquele em que há diversos focos e certa concentração de poder, mas que existe um ordenamento legal a ser respeitado por esta pessoa. Como consequência, o Estado será aqui analisado em sua concepção moderna por meio de uma perspectiva histórica e política, concretizada na Europa em meados do século XVII.

Primeiramente, deve-se considerar a soberania como elemento essencial do Estado. Os governos detinham autoridade sobre seu território e população e eram independentes. Nesse sentido, de acordo com Frank Bealey⁶, os pensadores posteriores a Bodin se concentraram na relação entre os indivíduos e este Estado, principalmente na questão da obrigação política, tentando explicar quando se deve obedecer ao Estado e como se deve fazê-lo.

Entretanto, quem melhor contribuiu para a definição de Estado em sua concepção moderna foi Max Weber, visto que suas idéias e conceitos são sempre mencionados quando este assunto é tratado. Em sua percepção, o Estado constitui um aparato de controle burocrático, detentor do poder coercitivo dentro de certos limites concretos. Somente é possível definir o Estado moderno por um meio específico que lhe é próprio, como também a toda associação política: o da coação física. Para ele, o Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território, reclama para si o monopólio da coação física legítima. O Estado moderno seria uma instituição racional cuja dominação, ou seja, “a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas dentro de determinado grupo de pessoas”⁷, irá se legitimar de formas variadas.

⁶ BEALEY, Frank. **Dicionário de Ciência Política**. Trad: Raquel Vasquez Ramil. Madrid: Istmo, 2003. Verbete: Soberania.

⁷ WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. cap. I § 16.

Logo, existem razões variadas de obediência espontânea. Em vez de se concentrar na coação, que se sabe que existe, Weber utiliza o termo legitimidade, que é a crença social em um determinado regime, com o intuito de obter a obediência, mais pela adesão do que pela coação. Segundo ele, existem três tipos puros de dominação que se legitimam de formas variadas: a tradicional, a carismática e a racional-legal ⁸. A primeira fundamenta-se no costume, na idéia de que sempre se obedeceu a um determinado líder e de determinada forma. A escolha da autoridade baseia-se em um costume cuja população esteja acostumada a seguir e em geral não há a participação da mesma neste processo de escolha. Logo, é a crença cotidiana na legitimidade daqueles que, em virtude deste costume, representam a autoridade. Já a dominação carismática, o poder é exercido por alguém com características extracotidianas, que possui carisma e adesão apaixonada de seus seguidores. Segue-se este líder devido às suas qualidades pessoais, que muitas vezes são vistas como heróicas, não usuais e até sobre-humanas, uma veneração exemplar de uma pessoa e das ordens por esta criadas ou reveladas. Weber cita os exemplos do príncipe guerreiro eleito ou o soberano plebiscitário, o grande demagogo e o chefe de um partido político. Por fim, a dominação racional-legal se baseia na “crença na validade de estatutos legais e da competência objetiva, fundamentada em regras racionalmente criadas, isto é, em virtude da disposição de obediência ao cumprimento de deveres fixados nos estatutos...” ⁹.

No Estado moderno, o domínio racional-legal é o mais freqüente. Neste caso, obedece-se à ordem impessoal, objetiva e legalmente estatuída e aos superiores determinados por ela, em virtude da legalidade formal de suas disposições e dentro do âmbito de vigência destas ¹⁰. O processo de racionalização e modernização garantiu que paulatinamente um aparato institucional existisse de forma que houvesse um ordenamento jurídico a ser seguido. O Estado exercerá seu domínio sobre todos e todas estas pessoas terão seus direitos assegurados por lei. Neste contexto, segundo Weber, o tipo mais puro de dominação legal é aquele em que a burocracia será indispensável ao seu funcionamento e regulação, pois nela se alcança tecnicamente o máximo de rendimento em virtude de precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiabilidade. A burocracia está ligada à idéia de divisão e especialização do trabalho, isto é, uma linha de montagem estatal, que também estará presente em outras formas de associação modernas, como igreja, partido, empresa econômica e exército. Nela,

⁸ É necessário lembrar que o próprio Max Weber, no livro em questão, afirma que tais tipos são ideais, ou seja, não existem de forma pura na realidade, pois se misturam.

⁹ WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p.141.

¹⁰ Ibidem

características como impessoalidade, separação público e privado e racionalização são indispensáveis para o exercício do poder pelo Estado.

Nas épocas pré-racionalistas, a tradição e o carisma dividem entre si a quase totalidade das direções de orientação das ações e das dominações, segundo Weber ¹¹. Na época racional moderna, a obediência se dará mais em virtude de regra estabelecida, isto é, de um ordenamento impessoal definido legalmente, que pronunciará quem será competente para exercer a dominação.

Assim, nos capítulos seguintes, estas idéias serão trabalhadas no âmbito do Estado da Bolívia, pois servirão de base para o entendimento dos pressupostos centrais dos movimentos autônomos. Contudo, deverão ser observadas algumas limitações à idéia de Estado e soberania, uma vez que estes conceitos foram desenvolvidos no âmbito do contexto europeu, diferentemente do latino-americano caracterizado por antigas colônias. Nesse último, a exploração colonial produziu efeitos diversos relativos à construção de um Estado e sua posterior soberania. A maioria deles possui povos oprimidos até os dias atuais e que não participam da idéia de uma nação soberana politicamente organizada.

1.4 Nação

No que diz respeito às pessoas que fazem parte de determinado Estado, é mister discutir a idéia de nação, visto que muitas vezes Estado e nação se confundem. Para Benedict Anderson, nação seria uma comunidade política imaginada como limitada e soberana ¹², ou seja, imagina-se que exista comunhão entre pessoas que não se conhecem, existem fronteiras que separam o início de outras nações e esta comunidade é soberana, pois resgata idéias de o Estado ser livre e independente. Entretanto, existem outras concepções mais abrangentes que explicam melhor o sentimento de ser parte um conjunto de pessoas que compartilham a mesma língua, costumes, religião e território. Todavia, algumas vezes, existem povos que se consideram uma nação, mesmo sem dispor de um território. Nação, nesse caso, transmite a idéia de uma população desejar viver em uma comunidade, pois existe um vínculo entre estas pessoas, ainda que imaginário.

¹¹ WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 161.

¹² ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

Portanto, um povo constituirá uma nação quando um grupo de indivíduos, tendo a mesma origem ou religião, ou os mesmos interesses econômicos e morais, mas principalmente um passado comum de tradições, une-se em torno de ideais e aspirações comuns ¹³. Ou seja, não necessariamente deve-se existir um território para a constituição de uma nação. Da mesma forma, características como os mesmos costumes, tradições e língua são dispensáveis, mas o sentimento de fazer parte de um povo e possuir vínculo com este é primordial, ainda que estes fatores sejam variáveis em cada região e para cada grupo.

Não obstante, para Hobsbawm, existem alguns critérios classificadores de um povo em nação, como a presença de uma elite cultural histórica e a associação a um Estado já existente. Neste caso, o Estado moderno típico exercia poderes sobre um povo territorialmente definido e fazia-o na qualidade de entidade nacional suprema de governo do seu território. Entretanto, após a era das revoluções (entendida pelo autor como a época em que as Revoluções Industrial e Francesa foram responsáveis pela introdução da burguesia em uma reorganização capitalista industrial de grande transformação social), as classes dirigentes e seus governos necessitavam legitimar-se de outra forma, que não fossem a religião e a hierarquia social pré revolucionárias. O liberalismo clássico garantiu este feito, pois limitou os direitos políticos para os homens de propriedade e educação (elites locais). Assim, o problema da lealdade e identificação dos cidadãos ao Estado e ao sistema dirigente esteve por um tempo solucionado. Crescentemente, contudo, o espaço dos cidadãos comuns foi sendo garantido devido à democratização e ao arranjo político que lhes era fornecido. Com maior participação política, a lealdade aos superiores e ao Estado foi sendo enfraquecida, e aqueles cidadãos dispostos a servir ao exército tornaram-se uma variável essencial para o governo, uma vez que os interesses estatais dependiam agora da participação destes cidadãos comuns em atividades até então não consideradas. Alguns padrões que haviam garantido a lealdade, como a legitimidade dinástica, a ordenação divina, o direito histórico e a coesão religiosa, estavam gravemente comprometidos. Logo, era necessário suscitar novas formas de lealdade cívica, ainda que uma lealdade passiva já existisse devido à mera existência do Estado. Esta lealdade cívica requerida, o patriotismo, necessitava não ser mais passiva. Era baseada no Estado, relacionava-se com a soberania do próprio povo, e os elementos de continuidade histórica como etnicidade e a língua não tinham grande importância. Assim, o ato de democratizar a política suscitava este patriotismo e começava a produzir efeito nas classes dos

¹³ AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 32. ed. Porto Alegre: Globo, 1980.

trabalhadores, no sentido de reivindicarem os direitos do homem e do cidadão (que antes da transformação política este era denominado de sujeito). Entretanto, nos Estados onde este patriotismo se desenvolveu, sua agenda política foi formulada pelos governos e pelas classes dominantes. A primeira Guerra Mundial foi apresentada como forma de transformação social, também como uma ameaça vinda de fora e necessitava a ajuda de seus cidadãos ¹⁴.

Contudo, novas dinâmicas e forças confrontavam a legitimidade estatal. Os nacionalismos eram as principais delas, que cresceram tanto no número de adeptos quanto em suas pretensões, tornando-se uma ameaça potencial ao Estado (exceto se este conseguisse usar o nacionalismo como instrumento integrado do patriotismo estatal para tornar-se seu componente emocional). Assim, os Estados e regimes possuíam os motivos necessários para reforçar o patriotismo estatal com os sentimentos e símbolos por eles projetados, constituindo, assim, a nação. Para que isto fosse consolidado, o período de 1880 a 1914 funcionou como um grande apoio, uma vez que foi marcado por diversos conflitos internacionais que representavam a união de comunidades frente à união de outros povos. Isto é, estimulou o nacionalismo. A partir deste momento, diversos censos eram feitos a respeito da língua e esta começava a adquirir importância. Já se falava que as verdadeiras fronteiras naturais não eram determinadas por montanhas e rios, mas sim pela língua, pelos costumes, pelas lembranças, por tudo aquilo que distinguia uma nação da outra ¹⁵.

Logo, segundo o próprio autor, o Estado é quem forma as nações e os nacionalismos, e não o contrário. Por Estado, subentendem-se as classes dirigentes formadas pelas elites locais. Assim, no capítulo seguinte, a história da Bolívia será analisada desde a sua independência de modo que se possa chegar a alguma conclusão sobre a formação da nação neste país, bem como quais grupos exerceram o poder na região.

1.5 Estado, nação e as classes.

A análise a seguir será trabalhada por meio do entendimento de dois teóricos cujas preocupações acerca do Estado envolverão sempre a correlação de forças entre as classes. Deste modo, as idéias de Nicos Poulantzas e Claus Offe servirão de base para uma discussão

¹⁴ HOBBSAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

¹⁵ *Ibidem*, cap. III.

mais aprofundada da compreensão do Estado e serviu para explicar mais adiante os acontecimentos na Bolívia. No âmbito dessas concepções, reflexões acerca da nação também terão espaço na abordagem.

O conceito de nação pode refletir outro significado para diferentes autores, ainda que desenvolvido no âmbito do Estado moderno. Para o entendimento de Poulantzas, discutido por Martin Carnoy:

A nação, conforme desenvolvida no Estado capitalista, juntamente com seu território, tradição e língua, é uma forma de unificação do povo dividido pela produção capitalista em classes – segmentado, separado, individualizado e isolado – num novo conceito de espaço e tempo, um conceito que não pretende deixar a classe dominada compreender quem é e por que é.¹⁶

Faz-se necessário, contudo, discutir em que contexto a idéia de nação é utilizada dentro da teoria desenvolvida por Poulantzas, bem como descobrir a importância dessa idéia em suas formulações acerca do Estado.

Por meio de um aparelho jurídico-político que individualiza as pessoas, ou seja, que as torna indivíduos iguais no âmbito político, o Estado evita que exista a luta de classes. Ele reproduz a estrutura de classes (burgueses e trabalhadores – dominantes e dominados) porque é uma articulação das relações econômicas da classe, na esfera política. Ao passo que o Estado tende a difundir o conflito entre classes econômicas inerentemente hostis (trabalhadores e capitalistas), ele se apresenta como representante do interesse geral dos grupos concorrentes, isto é, daqueles que estão em busca pelo aparato jurídico-político estatal. Para isso, por meio de uma ideologia (conjunto de representações, valores, noções, crenças através dos quais se perpetua a dominação de classe), a liderança da classe hegemônica (hegemonia aqui entendida como uma visão de mundo imposta¹⁷) pode se apresentar como se fosse o interesse geral do Povo-Nação e, ao mesmo tempo, condicionar as classes dominantes a uma aceitação política específica de sua dominação. Ou melhor, a ideologia legitima a existência e o funcionamento de um Estado de classe, isto é, um Estado de classe capitalista

¹⁶ CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 10. ed. São Paulo, 2004. Cap. IV, 2ª parte. p. 129.

¹⁷ Martin Carnoy afirma que Poulantzas se apóia no conceito de Hegemonia desenvolvido por Gramsci, e nos aparelhos ideológicos de Althusser (de quem Poulantzas é discípulo), que também está presente em suas idéias a respeito da autonomia relativa do Estado.

(dominante) em que não há possibilidade se ser utilizado pelos trabalhadores (dominados) da mesma forma ¹⁸.

O Estado está, nessa perspectiva, supostamente separado da estrutura econômica, acarretando na impressão que se tem de o mesmo ter uma autonomia relativa da classe dominante. Tal separação é específica do capitalismo, em que há uma divisão relativa do político em relação ao econômico. Ele deve parecer, sob certas condições (desigualdade econômica versus igualdade política), autônomo e neutro, ao mesmo tempo em que conserva as classes dominadas divididas e atua como representante dos interesses do bloco no poder das classes dominantes. O Estado relativamente autônomo serve como o local da organização do grupo hegemônico da classe capitalista. Entretanto, ele não é neutro ou autônomo. Funciona para impedir que os trabalhadores se organizem politicamente como classe (deixando-os isolados de seus interesses de classe), ao passo que, concomitantemente, ajuda a fazer com que o capitalista reafirme sua posição dominante através do Estado.

No âmbito da separação das esferas política e econômica, Poulantzas ampliou suas formulações de Estado por meio de quatro partes: a divisão do trabalho manual e intelectual, a individualização, o direito e a nação. Assim, estes quatro elementos são fundamentais no funcionamento do Estado, pois representam o deslocamento da luta de classes da arena econômica para a arena política. Por meio deles, o Estado exercerá sua dominação em que as lutas deslocadas para o núcleo do Estado moldarão o mesmo, ou seja, as relações sociais em conflito terão lugar dentro da estrutura jurídico-política e influenciarão o Estado na busca de prolongar e ampliar sua dominação hegemônica. Neste sentido, as lutas de classe acontecerão dentro do aparelho estatal e a relação do Estado se dará com as classes dominantes (burguesia) e com as classes dominadas. Com as primeiras, ele unificará e organizará os vários fragmentos desta burguesia, isto é, servirá de meio para que os interesses políticos (conflitantes) das várias frações da classe burguesa sejam resolvidos. Já com as segundas, o Estado servirá para mediar seus conflitos com a classe dominante. Assim, ele tentará dividir e desorganizar as classes dominadas, ao mesmo tempo em que atenderá algumas de suas demandas. Portanto, infere-se que os conflitos de classe existentes no interior dos aparelhos do Estado moldarão o mesmo, bem como influenciarão políticas e medidas tomadas por quem está no poder. O que torna possível afirmar que ainda que um membro ou todo um partido da

¹⁸ CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 10. ed. São Paulo, 2004. Cap. IV, 2ª parte. p. 130.

classe dominada esteja no comando, os outros aparelhos estatais poderão ser controlados pela burguesia.

Conseqüentemente, a nação (elemento que auxilia no deslocamento da luta de classes para a área política) funcionará para que as pessoas da classe dominada se situem na consciência de um novo indivíduo, já que elas estarão no interior do mesmo território, terão os mesmos objetivos históricos e estarão engajadas no mesmo processo de transformação ¹⁹.

Em contrapartida, para Claus Offe, o Estado possui estruturas políticas internas derivadas do processo de exploração que garantem a sua perpetuação no tempo, sem que sejam necessárias funções ideológicas e um aparato repressivo. Para ele, o Estado capitalista “é uma rede historicamente acumulada de formalismos jurídicos e institucionais que abrange e condiciona (quase) todos os processos e interações que ocorrem numa sociedade... o Estado (capitalista é) a estrutura *dessas* sociedades históricas que se reproduzem através da concorrência e da produção exploratória de mercadorias” ²⁰. Logo, existe uma dependência do Estado em relação ao desempenho do mercado.

A organização própria do Estado, por meio de seus aparelhos e estruturas, possibilita uma melhor expressão do interesse comum da classe dominante, visto que é compatível e determinada pelos interesses dessa classe. Para ele, a luta de classes no âmbito político se dará entre a classe dominante e a classe dominada, mas também no interior da classe dominada, devido à dificuldade inerente a esta classe de definir seus interesses (que será abordada a seguir). Pode-se inferir, portanto, que Poulantzas argumentava sobre o conflito entre as classes no âmbito político, mas também sobre as várias frações da burguesia e seus interesses particulares, ou seja, os da classe dominante. Offe, pelo contrário, discutia também a respeito da luta entre classes no âmbito político, mas postulava a uma maior dificuldade de definição de interesses dentro da classe dominada.

O Estado funcionará como mediador de crises, ou seja, administrará eventuais crises provocadas por contradições básicas inerentes à produção capitalista. Para tal, segundo Offe, o Estado capitalista deverá preencher certas condições e requisitos para se reproduzir, que

¹⁹ CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 10ª ed. São Paulo, 2004. Cap. IV, 2ª parte.

²⁰ OFFE, Claus. Problemas estruturais do capitalismo. 1975, apud CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 10 ed. São Paulo, 2004. Cap. IV, 2ª parte.

abrange, primeiramente, o não envolvimento do Estado capitalista no controle da produção, nem a possibilidade deste iniciá-la ou terminá-la, pois a acumulação deve acontecer nas unidades privadas. Além disso, os recursos provenientes da acumulação são fundamentais para os agentes estatais e seus fins políticos, especialmente por meio dos impostos. O Estado deve, também, criar condições de acumulação, evitando problemas advindos da concorrência entre as unidades acumuladoras e da classe trabalhadora. Por fim, o Estado deve parecer permitir igual acesso ao poder a todos os grupos dentro da sociedade escondendo e negando, assim, sua natureza de um Estado capitalista. Essa última proposição (igual acesso ao poder) possui relação com o interesse de cada classe. Segundo Offe, as pessoas representantes da classe dominada têm maior dificuldade em identificar suas verdadeiras intenções e interesses, uma vez que a ambigüidade, a alienação, a mistificação, bem como a necessidade de trabalhar dificultam a sua chegada à conscientização de classe ²¹. Tal dificuldade está ligada à dominação de classe, uma vez que a burguesia terá os mecanismos e suportes necessários que a ajudarão na definição de seus interesses sendo que, na maioria das vezes, esses interesses já estarão estabelecidos pela própria estrutura capitalista (acumulação) ou legitimados dentro da sociedade pelo Estado. Logo, ao negar essa natureza legitimadora, o Estado deverá parecer legítimo àqueles que lhe deram o poder, assim como Poulantzas colocava²².

Esse último requisito envolve, novamente, a idéia que o Estado deverá exercer seu caráter de classe (promover a acumulação privada do capital), mas atuar como se estivesse representando os interesses das massas. Logo, a convergência dos pensamentos de Poulantzas e Offe acerca da autonomia relativa do Estado terá ampla utilidade na descrição e análise da Bolívia e a chegada de Evo Morales ao poder. Assim, servirão de base para o questionamento da mudança que houve no poder, que culminou na aparição dos movimentos por autonomia departamental, isto é, em departamentos cujo fator econômico parece ser a motivação. Além destes, a mudança no poder reanimou a questão da autonomia indígena, cujo movimento possui natureza completamente contrária à autonomia departamental, e possui um componente histórico de fundamental diferenciação.

²¹ OFFE, Claus; WIESENTHAL, Helmut. Duas Lógicas da Ação Coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de organização. In: OFEE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

²² CARNOY, **Estado e Teoria Política**. 10ª ed. São Paulo, 2004. cap. IV, 2ª parte.

1.6 Estado contemporâneo

A democracia capitalista foi a que prevaleceu nos tempos contemporâneos, segundo Poulantzas, devido ao fato de ela ser capaz de manter o equilíbrio entre as diversas frações da sociedade. Tal pensamento é adequado se considerado o lado ocidental do mundo. Já para Offe, existe uma crise de legitimação do Estado, em que esse não pode mais se apoiar na legalidade somente, e deverá achar um novo fundamento para tal. Além disso, a incapacidade de coordenar todos os conflitos no complexo social levou a uma crise política. Assim, o Estado enquanto instituição mais intervencionista, orientada pela imagem de acumular, deverá levar em consideração a não homogeneidade do contexto social e econômico, mudando seus meios qualitativos de intervenção. Para ele, o Estado capitalista é obrigado a investir na área social, principalmente.

Infere-se, no entanto, que tal “preocupação” com o contexto social se dará tendo fixados seus limites, de modo que as reformas necessárias serão feitas por meio de políticas sociais pré-estabelecidas para conservar o sistema. Isto é, tais limites serão ajustados pelos donos do capital, uma vez que o interesse desses será prevalecido à medida que constituírem ou financiarem a classe política dominante. Além disso, o Estado enfrentará problemas relacionados à política fiscal, na medida em que seus gastos aumentarem substancialmente sem que haja benefício aos capitalistas, que serão afetados com o necessário aumento da arrecadação. Assim, o Estado não se legitima da forma desejada por essa classe dominante, pois oscila entre dois interesses contraditórios.

Dentro dessa concepção, um Governo de esquerda em um Estado capitalista terá seu poder de exercer pressão recrudescido, por meio do qual tentará fazer com que os capitalistas participem dessa legitimação por ele almejada. Logo, um Governo com tais pretensões terá adesão daquela maioria assalariada, não dona do capital, porém terá conflito com aquela minoria capitalista, que obrigatoriamente se converterá em oposição. Com o intuito de legitimar-se perante a população, esse Governo atingirá seus objetivos e efetuará suas reformas exercendo pressão sobre esses grupos capitalistas, que farão de tudo para não participarem ou financiarem tais aspirações.

Na conjuntura democrática atual da maioria dos países ocidentais o contexto social terá grande valor frente ao Estado, principalmente no que diz respeito àqueles que irão buscar

defender seus interesses e lutar pelo reconhecimento de seus direitos. Em países cuja desigualdade social é extrema, alguns regimes que se concentraram na ilusão de que os direitos políticos são suficientes fracassaram. A ausência de políticas voltadas a uma busca de melhoria dos contextos social e econômico deu margem ao reaparecimento de novos regimes de Governo suscitados pela persistência de diversos atores. Nesse contexto, torna-se viável discorrer a respeito dos atores responsáveis por esse feito, bem como sobre aqueles que detiveram o poder desde o início da Bolívia enquanto República, tendo como foco seu papel dentro do Estado. Para, dessa forma, discutir como se deu a dinâmica deles no âmbito da história boliviana, que será tratada no capítulo seguinte.

Portanto, os atores que serão analisados e discutidos no próximo capítulo têm desempenhado atividades relativas aos seus interesses desde o início do século XIX, embora em níveis visivelmente desproporcionais. Assim, serão trabalhadas as oligarquias e os caudilhos ²³, devido à importância histórica que possuem na constituição do país. Serão analisadas as classes operárias e camponesas, desde as suas primeiras reivindicações na Bolívia, em contraste com as elites ou classe burguesa. Terá importância o papel dos militares como atores políticos e seus Governos militares, bem como pressão exercida pela Igreja em diversos contextos bolivianos. Finalmente, a comunidade indígena ²⁴ será trabalhada em toda a sua histórica persistência em conseguir fazer-se um ator inserido e representado no Estado. Na maioria das vezes, tais atores sociais terão imenso peso político, formando partidos políticos ou afiliando-se àqueles já existentes, em busca do reconhecimento de direitos e da defesa de interesses.

No contexto supracitado, alguns desses atores utilizarão os mais diversos artifícios para atingir seus objetivos e legitimarem suas ambições. Assim, no ápice dessa busca encontram-se as autonomias pretendidas pelos indígenas e pelas elites, que serão justificadas com base na idéia da autodeterminação dos povos. De acordo com tal princípio, garantido pela Carta das Nações Unidas, todos os povos têm direito à autodeterminação, de modo que

²³ Caudilho era um líder cujo poder militar (exército privado) e poder político o garantiam legitimidade em determinada região. Muitas vezes era latifundiário e autoritário, mas possuía políticas populistas para adquirir adesão das pessoas.

²⁴ Existe divergência nesse assunto. Alguns dizem que os povos das terras altas bolivianas (ocidente) preferem ser chamadas de nações originárias, enquanto os das terras baixas (oriente), de povos indígenas. Logo, para os fins desta pesquisa, os termos “comunidade indígena” e “índio” serão usados no seu sentido genérico, isto é, povos naturais (originários) da localidade em que sempre habitaram.

podem escolher livremente seu estatuto político e assegurar livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural. Posteriormente, na década de 60, quando diversos países deixavam de ser colônias, uma outra resolução da ONU ²⁵ garantiu a esses povos o direito à autodeterminação, embora postulassem que esse direito não deveria ser utilizado com a finalidade de provocar uma secessão ou ameaçar a integridade política e territorial.

Percebe-se, deste modo, a contradição existente entre um povo autodeterminar-se de forma a perseguir seu regulamento político e desenvolvimento econômico, sem que provoque uma ameaça à integridade territorial do país. Além do mais, a ambigüidade terminológica da palavra “povos” ²⁶ gera conflitos e discussões, uma vez que os mais diversos agrupamentos utilizarão esse princípio para legitimarem suas ações e pretensões. Com base nesse entendimento, o capítulo seguinte tentará mostrar em que medida é possível considerar a existência de “povos” no âmbito do contexto histórico boliviano com o intuito de descobrir, no capítulo três, se eles se encaixam nos movimentos autônomos e se podem, legalmente, reivindicar esse direito com base no princípio da autodeterminação dos povos.

²⁵ Direitos Humanos e Cultura. **Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/pacto2.htm>>. Acesso em 20 julho 2008.

²⁶ ALVES, Fábio Simão. **A independência de Kosovo**: questões sobre autodeterminação dos povos, soberania estatal e reconhecimento de Estados. Disponível em: <<http://dialogodiplomatico.blogspot.com>> , post do dia 16 de fevereiro de 2008.

2. História Boliviana

O presente capítulo tratará da história da Bolívia a partir de sua independência, que ocorreu na segunda década do século dezenove. A partir dessa abordagem, o capítulo terá como foco a descrição e análise de como se deu a organização do poder naquele país, bem como as relações entre os atores que fazem parte da sociedade boliviana. Enfocará, também, as peculiaridades de um país multiétnico e suas repercussões ao longo dos anos em questão, de forma que possam servir de subsídio para a sustentação do fato de a grande desigualdade entre as classes existentes na Bolívia ter um fator histórico essencial.

Finalmente, será discutida a ascensão de Evo Morales ao poder, uma vez que tal fato deverá se apresentar como uma das principais causas (senão, a maior) dos movimentos autônomos na Bolívia, tanto no que diz respeito à reanimação do movimento pela autonomia indígena, bem como o ressurgimento das agitações pela autonomia departamental.

2.1 Pós independência

A Bolívia, antes chamada de Alto-Peru ou Charcas, tornou-se um país livre do domínio espanhol em seis de agosto de 1825. Por algumas décadas anteriores a essa data, as comunidades indígenas e os chamados crioulos (filhos de espanhóis nascidos na América) lutaram contra os abusos das autoridades espanholas, relacionados a impostos, mita (trabalho indígena compulsório), alfândegas e privilégios concedidos às pessoas que chegavam da Espanha para morar no país. Assim, havia muitos conflitos entre aqueles que eram mandados pela Espanha para assumir cargos administrativos na Bolívia e os crioulos, muitas vezes donos de grandes latifúndios e que se sentiam explorados pela coroa espanhola. Os conflitos continuaram, mas após um longo período de violência de guerras regionais e contra a Espanha, o exército de Bolívar ajudou na libertação do país do sistema colonial, iniciada por Belgrano e San Martín. Assim, a declaração oficial de independência somente aconteceu em 1825²⁷, com Simon Bolívar como primeiro presidente da Bolívia independente.

²⁷ CERVO, Amado L. e RAPOPORT, Mario (org). **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. Capítulo II e III.

Nos anos após a independência, a República foi instaurada. Tal forma de governo garantiu a continuidade do poder exercido pelas aristocracias do antigo regime monárquico existente durante o período colonial. As elites locais puderam monopolizar esse poder, apoiadas em suas propriedades de terra. Logo, o poder político nessa época estava concentrado naqueles que possuíam essas pequenas unidades, por meio de uma aliança entre os caudilhistas das lutas por independência e os latifundiários. Iniciou-se, em 1829, a era caudilhista no poder que somente terminaria cinquenta anos depois, marcada pela derrota na Guerra do Pacífico.

Antes da institucionalização do exército como integrante do aparato Estatal, havia a figura do caudilho ²⁸, cuja existência se deu em virtude da independência e a posterior desorganização social. Assim, na falta de instituições estatais fortes, muitos caudilhos aproveitaram para fazer valer seus interesses, como governantes ou grandes opositores. Por meio da ajuda dos caudilhos, tornava-se possível a manutenção da paz e da ordem, indispensáveis à perpetuação do domínio das oligarquias reinantes da época²⁹.

Assim, as oligarquias surgiam com o propósito de serem regimes estáveis na região conhecida como Altiplano ³⁰, onde estava concentrada a maioria da população boliviana pós independência. Em regra, oligarquia é “um grupo de famílias identificáveis que concentram em suas mãos meios decisivos do poder econômico, controlam direta ou indiretamente o poder político e se situam no alto da hierarquia do poder social em matéria de autoridade e de prestígio” ³¹. Tal conceito se aplica perfeitamente à Bolívia após a sua independência.

Os assuntos relacionados à Bolívia ficaram restritos a uma América crioula, sem muito contato com a população indígena que, apesar disso, contribuía com tributos obrigatórios, sendo uma das grandes fontes de receita do Estado que ajudou na sustentação de sua economia. Essa elite demonstrava claros interesses em uma europeização, ou seja, na vinda de europeus para o país ou pelo menos em uma mistura, uma vez que isso era um atributo da sua

²⁸ ROUQUIÉ, Alain. **O Extremo-Ocidente**: introdução à América Latina. São Paulo: Edusp, 1992. parte II, cap II. Segundo Rouquié, os caudilhos não se confundem com os exércitos institucionalizados uma vez que “os exércitos modernos são instituições públicas burocratizadas que detêm o monopólio da violência legal; os caudilhos representam a violência privada que se eleva contra o monopólio estatal ou sobre suas ruínas”.

²⁹ DOZER, Donald M. **América Latina**: uma perspectiva histórica. Porto Alegre: Globo, 1966. Cap. XVIII

³⁰ Como se fosse um planalto entre montanhas, área bastante elevada na porção centro-oeste da Bolívia.

³¹ ROUQUIÉ, op. cit., cap II.

condição de classe e era símbolo de status ³². Este projeto de “purificação racial” incentivado por alguns líderes bolivianos pode ser ilustrado pela frase escrita por um governador na Bolívia, em 1830, ao afirmar que os índios friamente recebiam suas ordens, que eram baseadas nos princípios de uma República, e que sua única solução seria encarcerá-los e esperar que a civilização se tornasse generalizada entre os nativos do país ³³.

Nos primeiros anos da República boliviana a elite crioula teve dificuldades em sustentar sua reivindicação territorial frente aos direitos originários da maioria indígena. Com a ajuda da difusão de símbolos, festividades oficiais criadas pelo Estado e pela Igreja, circulação de moedas com a figura de Bolívar, monumentos públicos e bandeiras, garantiu-se uma maneira poderosa de orquestrar sentimentos coletivos heterogêneos em uma idéia de unidade nacional, segundo Tristan Platt ³⁴. Logo, de acordo com ele, na Bolívia do século dezenove, certo projeto de nação era almejado por uma pequena elite eurocêntrica frente uma maioria étnica com suas próprias idéias a respeito do significado de independência. Assim, o índio não possuía qualquer representação política, era “iletrado e desprovido de capital e propriedades, não existia como cidadão” ³⁵. Ao contrário da relação do Estado com o índio, a Igreja o apoiou, defendeu seus interesses e foi seu grande aliado na reivindicação de seus direitos em alguns momentos, que serão discutidos mais a frente.

Nos anos seguintes, o Estado continuava a isolar os índios, por meio de confisco de terras indígenas e racismo atenuado em textos e práticas oficiais. Alguns anos depois, criou-se um dispositivo legal inserindo a aquisição de terras por meio da compra e venda. Dessa maneira, quem quer que estivesse nas terras teria 60 dias para comprá-las, o que representou uma maior exclusão dos indígenas ³⁶. Como consequência, houve diversas revoltas das comunidades indígenas antes mesmo da extinção do prazo concedido. A título de exemplificação, de 1876 a 1915, o número de fazendas particulares (*haciendas*) aumentou de 703 a 3219, adquiridas por brancos e por mestiços ³⁷.

³² LOPEZ, Luiz R. **História da América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. Capítulo XI

³³ PLATT, Tristan. Simón Bolívar, the Sun of Justice and the Amerindian Virgin: andean conceptions of the Patria in Nineteenth Century Potosí. In: **Journal of Latin American Studies**. Volume 25, part I, February 1993. Cambridge University Press.

³⁴ Ibidem

³⁵ CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti Jordão de. **Bolívia - A criação de um novo país**: a ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-colombianas a Evo Morales. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006. p. 119.

³⁶ KLEIN, Herbert. S. **A Concise History of Bolivia**. New York: Cambridge University Press, 2003. cap V.

³⁷ CHEVALIER, François. **América Latina**: de la independência a nuestros días. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

A partir de 1860, um novo ciclo de mineração proporcionou reformas na indústria e inserção parcial da Bolívia nas trocas comerciais e investimentos estrangeiros. O crescimento desse setor gerou uma capacidade técnica bastante viável e disponível na região, principalmente no caso da prata, ainda com os problemas de sua exportação ilegal. Na segunda metade do século, a Bolívia era um dos líderes de produção de prata refinada. A responsável por tais mudanças foi a elite latifundiária, única capaz de tirar o país da péssima situação em que estava a economia após a independência. Preparava, portanto, o terreno para a concepção burguesa e capitalista da terra como recurso financeiro, extremamente hostil à idéia de terra comunitária defendida como algo natural pelos indígenas³⁸.

Nesse período, o país era marcado pela presença de grandes caudilhistas militares, que apoiavam além da elite ligada às minas, o confisco de terras indígenas e a liberalização do comércio³⁹. O período caudilhista militar durou até 1880, sendo responsável por intensa repressão aos indígenas, por políticas autoritárias e pela defesa dos interesses das oligarquias.

O fim da era caudilhista pode ser simbolizado pela perda da Bolívia na Guerra do Pacífico. Durante o crescimento da produção na minas, a Bolívia concedeu ao Chile o território costeiro, para que ele pudesse instalar empresas e explorar o local, o que envolvia o pagamento de impostos. Posteriormente, um novo governo boliviano mudou regras na concessão do território e na taxação dos impostos, acirrando uma tensão por parte chilena. Em 1879, o Chile conseguiu conquistar os territórios (Atacama) em mais ou menos dois meses, bem como alguns do Peru. Como consequência do choque da guerra, da falta de preparo e estratégia ruim do presidente boliviano na época, uma rebelião conseguiu seu afastamento, marcando, assim, uma interrupção nos governos de caudilho-militares⁴⁰.

A perda dos centros produtores na parte costeira e única saída para o mar, os desastres financeiros causados pela Guerra e o descrédito nos líderes caudilhos-militares terminaram por fazer com que as elites mineiras quisessem participar, a partir de então, mais ativamente

³⁸ CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti Jordão de. **Bolívia - A criação de um novo país**: a ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-colombianas a Evo Morales. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006. cap. II.

³⁹ Em 1871 a prata foi liberada do monopólio que algumas empresas internacionais possuíam.

⁴⁰ KLEIN, Herbert. S. **A Concise History of Bolivia**. New York: Cambridge University Press, 2003. Cap.V

na condução da política. Tal fato culminou no estabelecimento de um governo essencialmente civil a partir de 1880.

2.2 Fim da era caudilhista

Apesar de civil, o Governo a partir dessa data continuou com o confisco de terras indígenas, possuía um nível mínimo de representação, que se dava por meio de configuração partidária elitista e foi moldado no liberalismo clássico de então⁴¹, tudo isso respaldado por uma nova Constituição. Os Governos seguintes eram conduzidos por donos de minas liberais, que se concentravam na construção de estradas, investimentos em comunicação e na modernização da produção de metais, no desenvolvimento do território no Acre para a exploração de borracha e na profissionalização dos exércitos com o intuito de conter eventuais rebeliões, principalmente indígenas. O crescimento do setor de exportação garantia superávits, além de estáveis e significantes recursos financeiros. Entretanto, o país estava mais vulnerável às oscilações do mercado internacional, tanto é que a lucratividade da prata decaiu nessa época, culminando na elevação do estanho como produto mais viável e rentável de se exportar.

A configuração partidária elitista estava basicamente dividida entre liberais e conservadores, que se mostravam relutantes em partilhar o poder. Assim, resultou em um conflito entre as oligarquias econômicas do país, que ficou conhecida como Revolta Federalista. Assim, a principal reivindicação era a concentração do poder em La Paz por um governo conservador, que poderia ser facilmente evitado pela criação de mecanismos políticos de alternância de poder ou coligação liberal-conservadora⁴². Esse conflito coincidiu com uma revolta indígena no Altiplano, por meio da qual os indígenas reivindicaram as terras comunitárias usurpadas e a concessão de autonomia administrativa. Tal conflito é considerado o mais importante em termos de pioneirismo, destacando-se o líder Tupac Amaru. Entretanto, o governo das oligarquias mais uma vez dizimou e desfragmentou os índios.

Nesse contexto, destaca-se a primeira aparição significativa de dois movimentos cujas reivindicações permanecem até hoje no contexto boliviano, especialmente no governo de Evo

⁴¹ CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti Jordão de. **Bolívia - A criação de um novo país**: a ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-colombianas a Evo Morales. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006. p. 127.

⁴² *Ibidem*, p. 129

Morales. O primeiro, a Revolta Federalista, pretendia que o poder fosse descentralizado e que a Bolívia se tornasse, portanto, uma Federação. Entretanto, isso não aconteceu, uma vez que os próprios federalistas decidiram pela permanência do caráter unitário do país, bem como pelo deslocamento da capital para La Paz. O segundo, o movimento indígena ⁴³, representa a primeira vez em que houve uma grande mobilização, especialmente na união de quéchuas e aimarás, resultando na projeção de uma consciência de nação. Apareceu, deste modo, o índio político ⁴⁴.

O início do século seguinte foi marcado pela perda do Acre (Tratado de Petrópolis, 1903) em benefício brasileiro, em uma disputa que envolvia a taxaço da exploração de borracha. A Bolívia enviou tropas às distantes terras baixas, mas a presença brasileira era significativamente maior. Foi marcado, também, pelo prolongamento de elites liberais no poder, dessa vez ligadas à produção e exportação de estanho. Os Liberais haviam desistido da idéia federalista e o poder foi concentrado em La Paz. No que diz respeito às igrejas, o papel destas era deixado de lado pelos governos, não era levado em consideração devido às políticas liberais de tornar o Estado laico. Contudo, o Catolicismo continuava a ser a única religião aceita pelo Estado.

Com relação aos indígenas, continuavam as políticas de venda de terras e exclusão dos mesmos, dessa vez com o aumento da difusão de que eles representavam o retrocesso e o impedimento do país de se desenvolver. Como resultado, promulgou-se uma lei que proibia o acesso dos índios às zonas centrais das cidades e dos bairros, cuja abolição só se daria em 1944. A maioria deles continuava sem direito à educação, enquanto aos brancos e mestiços eram garantidos direitos civis e a liberdade de imprensa ⁴⁵.

Contudo, nas primeiras décadas, um ciclo de rebeliões indígenas tomava conta do país. Os índios reivindicavam o direito de ter representação no Congresso, bem como nas instâncias regionais, o fim dos trabalhos compulsórios e gratuitos dos indígenas aos fazendeiros (pongueaje) e a restituição das terras apoderadas. Conseguiram participar ativamente da política por meio de títulos que receberam durante a época colonial, que lhes

⁴³ A comunidade abrange os índios aimarás e os quéchuas, que são a maioria, além de vários outros grupos, destacando-se pela quantidade significativa os chiquitanos e os guaranis.

⁴⁴ CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti Jordão de. **Bolívia - A criação de um novo país**: a ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-colombianas a Evo Morales. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006. p. 130.

⁴⁵ Ibidem, p. 135.

era garantido o direito à sua propriedade. Tais títulos foram entregues aos líderes de cada comunidade indígena pelos espanhóis.

Nessa época, os barões do estanho e grupos econômicos não necessitavam participar ativa e diretamente da política, uma vez que os políticos atuavam primariamente pelos seus interesses. Assim, já na segunda década, ainda com a permissão de investimentos externos, o grupo dominante no controle da indústria de estanho era formado por três empresas de capital majoritariamente boliviano. Conhecido como *rosca*, o grupo era formado pelas empresas Patiño, Aramayo e Hochschild, que possuíam escritórios tanto na Europa como nos Estados Unidos. Dessa forma, embora as empresas possuíssem o capital majoritariamente nas mãos de bolivianos, os interesses que as cercavam eram estrangeiros.

Logo, conforme consta na obra de Rouquié⁴⁶, a Bolívia estava dentro do que é chamado de economia de enclave, isto é, que tinha seu principal produto exportável nas mãos de companhias estrangeiras⁴⁷. Nesse sentido, durante significativo tempo, o estanho (principal produto exportável) era concentrado em um grupo estrangeiro bastante restrito, formado pelas três empresas supracitadas. Assim, os confrontos sociais que pudessem acontecer teriam natureza econômica, pois se dariam com as empresas estrangeiras, que eram o grupo dominante. Já com as burguesias ligadas à exportação deste produto, o confronto teria natureza política, de modo que permitiria a tolerância desses confrontos por parte da burguesia.

Assim, ainda que na essência a idéia supracitada não constitua um exemplo de oligarquia na visão de Rouquié (uma vez que para ele para constituir uma oligarquia um grupo de nacionais do país deve deter o monopólio do produto exportável, levando em conta seus próprios interesses), o fato é que na prática existiam aqueles que se beneficiavam da exportação do estanho e garantiam que seus interesses fossem atingidos, ainda que o poder econômico fosse estrangeiro. Portanto, tem-se claramente uma oligarquia, isto é, um governo de poucos beneficiários, pelo menos em uma concepção weberiana.

⁴⁶ ROUQUIÉ, Alain. **O Extremo-Ocidente**: introdução à América Latina. São Paulo: Edusp, 1992. p. 112.

⁴⁷ O autor cita a obra de Cardoso e Faletto, na conceituação a respeito de quem controla os produtos exportáveis de um país, se são os nacionais ou os estrangeiros, ainda que a teoria da dependência possua teóricos mais destacados, como Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini.

Começaram a surgir idéias marxistas e partidos socialistas com discussões a respeito da servidão dos índios e das terras indígenas, bem como dos direitos do trabalho e da mulher. Os responsáveis pela formação desses partidos socialistas e difusão das idéias eram intelectuais e estudantes universitários, entusiasmados por influências externas. Entretanto, essa ambição não produziu resultados significativos na época, mas abriu espaço para a discussão de tais temas, antes extremamente ignorados⁴⁸. Diversas vezes os militares tiveram que repreender manifestações e greves, bem como movimentos indígenas. As minorias que se encontravam no poder começavam a perceber a presença de outras classes, que começavam a organizar-se. Assim, o medo de alargar o universo político foi derrubado pela intensificação da participação popular que se deu por meio de organizações políticas, especialmente dos sindicatos dos trabalhadores mineiros e uniões camponesas. Assim, segundo Rouquié, as organizações de trabalhadores mantinham relações com a burguesia de cunho muito mais político do que econômico, e por essa razão ela os tolerava. Logo, se o grupo economicamente dominante possui seus interesses defendidos e garantidos politicamente, a busca dos trabalhadores será em vão. O grupo dominante somente cederá em algumas questões, naquelas em que houver maior pressão ou quando não houver grandes problemas em ceder, prolongando a sua permanência no poder.

Com a crise internacional gerada pela depressão e a conseqüente crise da economia local, a Bolívia começou a desestabilizar-se econômica e politicamente. As disputas internas sobre como resolver a crise, a participação popular ainda mais consolidada e as disputas entre os partidos fizeram parte desse contexto. Na fragmentação política que havia, o presidente começou a mandar militares a áreas não exploradas do Chaco, território que dividia a Bolívia do Paraguai. Tendo como desculpa um simples conflito de fronteira, o presidente boliviano cortou relações diplomáticas com o Paraguai que, em um posterior conflito entre as tropas dos dois países, culminou em uma guerra. Em meados dos anos trinta, a Bolívia perdeu o território do Chaco, sendo a mais custosa e penosa da história da República da Bolívia. No decorrer da Guerra, a disputa por petróleo existente no território acirrou os conflitos.

A guerra do Chaco serviu para o encontro das duas partes, o Altiplano e o oriente boliviano. Serviu para promover a convivência de classes que resultou na percepção das diferenças que existiam entre aqueles que viviam em um mesmo país. Percebeu-se, também, a

⁴⁸ KLEIN, Herbert. S. **A Concise History of Bolivia**. New York: Cambridge University Press, 2003.

impossibilidade do Estado em promover uma identidade nacional, tamanha as diferenças e injustiças que existiam, ainda que a guerra tenha contribuído para tal conquista de certa forma. Nessa época, o que havia de identidade nacional na Bolívia era um Estado correspondente a um mercado em torno da área capitalista mineira. Não havia, portanto, uma nação em sua concepção moderna⁴⁹. Por isso, surgiam movimentos cada vez mais radicais, com o intuito de promover mudanças contra governos considerados incompetentes e baseados em interesses estrangeiros.

Assim sendo, alguns jovens oficiais derrubaram do poder os políticos tradicionais. Dois coronéis assumiram o poder, com políticas contra a oligarquia e autoritárias, implementando leis que ampliavam o controle sobre o sistema financeiro e os recursos do subsolo, o que foi contra aos interesses das companhias extrativistas. No governo do general Busch, ocorreu a primeira nacionalização de hidrocarbonetos, quando o Governo confiscou a concessão petrolífera da empresa norte-americana Standard Oil. Permaneceram no poder por pouco tempo, até que uma insurreição em La Paz pôs fim a esse regime nacional-militar⁵⁰.

2.3 A revolução de 1952

Após algumas tentativas, o Movimento Nacional Revolucionário (MNR) conseguiu chegar ao poder com uma proposta de reformas bastante ampla. O Movimento teve grande adesão ao articular com os indígenas e os que viviam em áreas rurais. Seu líder, Victor Paz Estenssoro, teve apoio de estudantes, fazendeiros e, principalmente, dos mineiros, cujas milícias tiveram grande participação na escalada do MNR ao poder contra as oligarquias existentes na época. Eleito em 1951, mas impedido de tomar posse, Paz Estenssoro assumiu a presidência em 1952, após os auxílios de militantes do MNR, mineiros e algumas forças de polícia. Dentre as reformas propostas, o movimento civil nacionalizou as minas, estendeu o voto aos analfabetos e às mulheres, promoveu eleições, salários foram aumentados e iniciaram-se os preparativos para a reforma agrária. Essa última nasceu do encontro entre uma revolta política contra o regime oligárquico e a pressão dos camponeses sem terras das comunidades indígenas. Pela reforma agrária que ocorreria em 1953, mais de 200 mil famílias

⁴⁹ MERCADO, René Z. Considerações Gerais sobre a História da Bolívia (1923-1971). In: GONZALEZ CASANOVA, Pablo (org). **América Latina: história de meio século**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988. Volume II. cap I.

⁵⁰ ROUQUIÉ, Alain. **O Extremo-Ocidente: introdução à América Latina**. São Paulo: Edusp, 1992.

receberiam terras ⁵¹. A transformação posterior das grandes terras no Altiplano em minifúndios gerou alguns problemas para a economia, devido à falta de crédito para todos e a diminuição da produtividade.

O Movimento Nacional Revolucionário foi um governo com grande aceitação no campesinato indígena, por causa de suas propostas e da disseminação da educação em escolas rurais. Ele operava por meio da ajuda de sindicatos ligados à Central Operária da Bolívia (COB), sindicatos dos fazendeiros e das Forças Armadas. Assim, alguns pólos foram formados com o objetivo de governar o país, não importando o tipo de ideologia de determinado setor, uma vez que o que importava era participar do domínio político. Para exemplificar, a COB participou do governo junto com o MNR entre os anos de 1952 e 1956, sendo que uma parte dos integrantes dessa Central aceitaria participar do governo militar que viria alguns anos depois⁵². A criação da COB possui grande significado, uma vez que os trabalhadores puderam organizar-se de forma que podiam defender e reivindicar seus direitos. Incorporada ao Estado adquiriu caráter de movimento politicamente organizado, apoiando representantes e cujo peso político era indiscutível. Posteriormente, ganharia o status de movimento autônomo, porém sem grandes conquistas na época do regime militar.

Entretanto, o MNR não soube permanecer fixo às metas estabelecidas e seus governos não conseguiram aplicar e administrar seus objetivos. As transformações logo geraram conflitos, devido ao fato de o MNR não possuir uma base de apoio homogênea e sofrer pressões de uma pequena burguesia com o desejo de elevar seu nível de vida. As contradições do próprio movimento, entre elas o pagamento de indenização aos donos das minas nacionalizadas, a não conclusão da reforma agrária, a baixa produção nacional que não conseguia atender a demanda e gerava inflação, políticas mais favoráveis aos interesses dos mineiros, levaram a um período em que não havia um grupo forte o suficiente para impor-se e governar o país. A queda do preço do estanho no mercado internacional e a grande dívida que o Estado havia adquirido também contribuíram para a não duração do governo.

A comunidade indígena, quase exclusivamente rural na época, teve grandes avanços por meio de políticas que a beneficiavam. Contudo, ainda que o MNR tenha ajudado na

⁵¹ Ibidem, p. 114..

⁵² CHEVALIER, François. **América Latina**: de la independência a nuestros días. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

consolidação e participação de vários sindicatos ligados a ele, o índio foi obrigado a ser incorporado nas classes rurais, de camponeses, uma vez que se pensava que perderia a funcionalidade caso os indígenas fossem tratados como tais. Assim, seus direitos específicos, como suas terras, seus valores e aspectos culturais não eram debatidos, pois eram tratados como uma classe pobre e marginalizada ⁵³.

Os doze anos em que o MNR permaneceu no poder, oito desses a presidência foi de Paz Estenssoro. Em seu último governo, diversas lutas internas enfraqueceram o movimento. Como resultado, ele foi obrigado a expandir e reequipar o Exército, com ajuda norte-americana, para supostamente frear o poder dos mineiros. Assim, as forças armadas foram estabelecidas institucionalmente. Os EUA também apoiaram o MNR investindo cerca de 100 milhões de dólares anuais, com o intuito de povoar a área de Santa Cruz, até então pouco explorada. A exploração de gás natural no oriente boliviano acelerou devido à quantidade de investimentos. Contudo, o General René Barrientos, da força aérea, apoiado por uma ampla base de apoio com ideologias conservadoras anti-MNR, aplicou um golpe em 1964 ⁵⁴.

2.4 Governos Militares

Os governos militares na Bolívia duraram cerca de 20 anos e foram marcados por grande instabilidade. Diversas facções militares se enfrentavam para assumir o poder, caracterizando regimes bastante instáveis. O primeiro deles, do general Barrientos, iniciado em 1964, foi marcado por um alinhamento total com os Estados Unidos e por políticas conservadoras e não nacionais. Durante seu governo, ocorreram diversas matanças de mineiros e fazendeiros, inclusive o assassinato de Che Guevara nas terras baixas do departamento de Santa Cruz. Após a sua morte em 1969, o General Ovando comandou um novo golpe militar, que recaiu sobre o vice de Barrientos que havia assumido em seu lugar. Contudo, os interesses contraditórios dos grupos militares e as tentativas frustradas do General Ovando de apaziguar conflitos pôs fim ao seu governo.

No contexto indígena, formava-se uma cultura aimará urbana, o chamado Katarismo, por meio da difusão da língua e cultura em rádios próprias, criadas com o apoio da Igreja

⁵³ CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti Jordão de. **Bolívia - A criação de um novo país**. a ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-colombianas a Evo Morales. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006. p. 154.

⁵⁴ JAGUARIBE, Hélio. **Crises e Alternativas na América Latina**. São Paulo: Perspectiva, 1976., p. 149-152.

Católica. Postulava uma renovação dos sindicatos rurais, que estavam sob a influência militar, por meio de manifestos, dentre os quais se destacava um em que os índios afirmavam “somos extranjeros em nuestro propio país”⁵⁵. Assim, a aproximação do Katarismo com a Central Operária Boliviana culminou na fundação da Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB). Dentre as conquistas, a CSUTCB mostrou-se forte o suficiente para fazer pressão frente ao Estado, embora fosse um movimento social. Demandava o reconhecimento oficial dos aimarás e quéchuas (maiorias indígenas) e tudo que disso resultasse, bem como uma autonomia administrativa.

Após outro golpe e um contragolpe dois dias depois, o Governo do General Torres assumiu em 1970, com o apoio de militares nacionalistas, camponeses e estudantes, após a segunda nacionalização de hidrocarbonetos ter ocorrido no país. Sua proposta envolvia, por meio de um governo centro-esquerdista, promover um desenvolvimento nacional mais consistente e homogêneo. Apesar disso, a crescente demanda dos trabalhadores radicais motivou um novo golpe na Bolívia, em agosto de 1971⁵⁶. A ditadura seguinte, do general Banzer, teve duração de sete anos. Nesse período, o país recebeu diversos investimentos e recursos financeiros devido ao aumento do preço de suas matérias primas. O general Banzer não construiu coligações, ficou no poder com o apoio norte-americano e da violência de seu governo. Contudo, o regime perdeu legitimidade com os gastos estatais exorbitantes, a desvalorização da moeda e a corrupção. Assim, após eleições não respeitadas pelos militares, García Meza aplicou um golpe em 1980, sendo esse acusado de grande corrupção e tráfico ilegal de cocaína. Por isso, durou cerca de dois anos, época em que a redemocratização era vista como necessária e evidente.

2.5 Redemocratização

Em 1982, apoiado pela Unidade Democrática e Popular (UDP), um presidente civil assumiu a chefia de Estado e de Governo, em uma época de diminuição da produção e exportação de estanho e outros produtos, alto endividamento estatal e hiperinflação. Nesse contexto, o Movimento Nacional Revolucionário (MNR) conseguiu espaço dentro da política,

⁵⁵ CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti Jordão de. **Bolívia - A criação de um novo país**. a ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-colombianas a Evo Morales. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006. p. 168.

⁵⁶ JAGUARIBE, Hélio. **Crises e Alternativas na América Latina**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976. p. 152.

em aliança com a Central Operária Boliviana (COB), ambos movimentos sociais. Por outro lado, havia o Movimiento de la Izquierda Revolucionaria (MIR) e o partido Ação Democrática Nacionalista (ADN), cujo líder era o ex-ditador Benzer, que possuía apoios de elites econômicas. Nascia, também, o Movimento ao Socialismo (MAS), tendo como base os *cocaleros*, isto é, produtores de coca. Isso mostra a esquerda totalmente dividida. As forças armadas e o sindicalismo operário perderam importância frente aos partidos que iam surgindo. No âmbito econômico, o gás natural passou a ser o principal produto boliviano, que exigia adaptações e investimentos para a sua exportação. Durante esse período, a produção e exportação ilegal de cocaína geravam mais dinheiro do que as exportações legais bolivianas⁵⁷.

Victor Paz Estenssoro assumiu logo depois de escolhido pelo Congresso (1985), adotando políticas liberais, contrárias à Revolução que havia liderado nos anos 50. Contudo, reduziu a inflação e gastos estatais, bem como modificou empresas nacionais que não geravam mais lucro.

Os anos 80 foram marcados pela consolidação de partidos representantes dos indígenas. Derivações da CSUTCB formaram alianças com o intuito de pressionar o Governo. Havia o Movimento Revolucionário Tupac Katari, disseminado no início da década anterior e comitês cívicos departamentais, traduzindo o regionalismo de cada área boliviana. Nessa época, candidatos indígenas bilíngües surgiram, graças às reformas feitas pela revolução dos anos 50, com a ampliação da educação nas zonas rurais. No plano internacional, a temática indígena ganhava mais estudos de filósofos e antropólogos, que ajudaram a mudar a visão que existia a respeito da integração indígena à sociedade. Assim, convenções internacionais começavam a reconhecer o direito de autonomia indígena e seu etnodesenvolvimento. Em 1989, o presidente Jaime Paz Zamora ratificou uma convenção da OIT garantindo tais direitos aos indígenas, culminando na aparição de movimentos indígenas da parte leste do país, ou seja, daquela parte cuja produção e exportação de gás natural dominavam todo o foco da região. Dentre eles, destacava-se a Confederação Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB).

Por isso, representantes dessa direita empresarial beneficiada com o gás natural, vinculados à economia de livre mercado, investimentos estrangeiros e privatizações, começavam suas articulações para demandar uma descentralização política e administrativa,

⁵⁷ KLEIN, Herbert. S. **A Concise History of Bolivia**. New York: Cambridge University Press, 2003.cap 9

bem como distribuição regional da arrecadação do Estado. Começou a consolidar a idéia de divisão entre uma Bolívia pobre (oeste) e uma Bolívia rica (leste). Logo, a centralização do poder em La Paz, bem como a ameaça de indígenas e de organizações sem terra fortaleceram os casos de sentimentos por autonomia e até por secessão, como é o caso do movimento “Nación Camba”, que será analisado no capítulo III.

Nos anos 90 consolidou-se a importância do gás natural para a Bolívia e a diversificação nas exportações. Diversos acordos internacionais ajudaram a diminuir a produção e exportação de cocaína. Em meados dessa década, os indígenas conquistaram direitos históricos garantidos pela promulgação da Constituição de 1994 no governo de Gonzalo Sanchez de Lozada. Por meio do auxílio do então vice-presidente, que era indígena, a Constituição passou a reconhecer a pluriétnicidade do país, bem como a existência de terras comunitárias indígenas, embora não reconhecesse o direito deles sobre as terras. Trouxe, também, a Lei de Participação Popular, que permitia eleições em diversos municípios, muitos deles em zonas rurais, o que ampliou a participação dos indígenas na escolha dos representantes. O Estado definitivamente colocou fim ao seu caráter de empresário, defendido pela revolução nacionalista da década de 50, privatizando empresas estatais, recebendo investimentos estrangeiros diretos e aderindo, portanto, à era neoliberalista⁵⁸. Os partidos com maior presença no Congresso eram o MNR e o ADN.

No final da década, o ex-ditador Banzer conseguiu eleger-se por meio de uma mega coalização de partidos e por falta de melhores opções, uma vez que não existe segundo turno nas votações para presidente. Havia manifestações contra a crise neoliberal em que o país estava inserido. Houve, também, a chamada “Guerra da Água”, em que uma multinacional perdeu o direito de explorar a água em um território boliviano, causado por manifestações nacionalistas de defesa dos recursos do país. Um outro movimento indígena consolidava sua representação política, o movimento dos ayllus. Banzer faleceu antes de terminar seu mandato, que foi concluído pelo seu vice, Jorge Quiroga. Tais Governos foram responsáveis por privatizações, inclusive a venda de refinarias à empresa estatal brasileira, Petrobrás.

⁵⁸ CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti Jordão de. **Bolívia - A criação de um novo país**: a ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-colombianas a Evo Morales. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

Em 2002, Gonzalo Sanchez de Lozada se elegeu novamente, após ter sido o presidente havia apenas alguns anos. Embora tenha avançado bastante no reconhecimento de organizações indígenas e na permissão da educação bilíngüe (espanhol e dialetos indígenas), não conseguiu manter-se até o final do mandato. A Bolívia estava mais fragmentada com diversos movimentos sociais militantes, indignados com a pobreza e desigualdade, além da situação econômica do país. O presidente foi tido como autoritário, de caráter não conciliador com a população, sofrendo diversas interferências do FMI. Assim, foi obrigado a renunciar, após diversas manifestações camponesas e o abandono de seus aliados políticos. Entretanto, o principal motivo da renúncia foi a decisão de vender gás natural em forma liquefeita aos Estados Unidos, em 2003, sendo canalizado pelo Chile (decisão não anunciada à população, que ainda possuía sentimentos hostis devido à perda do pacífico para o Chile)⁵⁹. Tal fato marcou a história boliviana, conhecido como “Guerra do Gás”, uma vez que Sanchez havia conduzido grandes mudanças no país nos anos 90, com a promulgação de uma Constituição com diversos avanços. Carlos Mesa, seu vice, assumiu a presidência e convocou um referendo com o intuito de obter legitimidade na questão do gás natural, que foi aprovado.

2.6 Ascensão de Evo Morales

Evo Morales iniciou-se como líder de uma das federações sindicais de camponeses *cocaleros*⁶⁰ em Cochabamba, sempre se mantendo distante de qualquer envolvimento com a produção e o tráfico ilícito de cocaína⁶¹. Em 1994, tornou-se chefe de seis federações que se juntaram e formaram a Coordenadora dos Produtores de Coca, primeira organização política do movimento, com ampla base indígena.

No final dos anos 90, Evo Morales tornou-se deputado pelo Movimento ao Socialismo (MAS). Nessa época, o MAS ampliava sua presença, principalmente em Cochabamba no ano de 1999, por meio das Lei de Participação Popular, garantida pela Constituição daquela década. Em 2002, Evo Morales foi expulso da Câmara por quebra de decoro devido à liderança de manifestações sindicais, mas logo foi reconduzido ao parlamento pelo Tribunal

⁵⁹ CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti Jordão de. **Bolívia - A criação de um novo país**: a ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-colombianas a Evo Morales. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006. p. 191.

⁶⁰ A plantação de coca é defendida (inclusive por Evo Morales) devido à importância histórica que possui para o país, bem como devido à fabricação de chás, alimentos e produtos farmacêuticos. Os maiores opositores são os EUA, devido ao tráfico de cocaína que advém da plantação de coca.

⁶¹ CAMARGO, op. cit. p. 204.

Constitucional, que considerou a expulsão arbitrária e infundada ⁶². Nas eleições de 2002, ficou em segundo lugar, conseguindo maioria nos departamentos do ocidente, como Cochabamba, La Paz, Oruro e Potosí, onde estão concentradas as maiorias indígenas. Em sua campanha, já demonstrava o interesse em rever contratos de exploração de gás natural em seu país.

No final de 2005, Evo Morales foi eleito em primeiro turno com mais de 50% dos votos. Eleito pelo partido Movimento ao Socialismo (MAS), recebeu apoio de grande parte dos indígenas e dos plantadores de coca. Do outro lado, o partido direitista de oposição consolidava suas bases. Chamado de Poder Democrático e Social (PODEMOS), liderado pelo neoliberal Jorge Quiroga, é um dos dois partidos mais consolidados e apoiados do país, junto com o MAS.

As primeiras medidas do Governo de Evo Morales foram a nacionalização dos hidrocarbonetos do país ⁶³ e a renegociação com empresas exploradoras de gás na Bolívia, que culminou em um superávit fiscal devido ao aumento dos impostos. Criou diversos programas sociais, de auxílio às famílias pobres e aos idosos, bem como avançou no combate ao analfabetismo. Iniciou, além disso, os debates sobre um Estado que garantisse à comunidade indígena melhores condições e oportunidades, por meio de uma maior autonomia, de modo que ela pudesse desfrutar de direitos e garantias nunca antes a ela concedidos.

Apesar dessas iniciativas, diversos assuntos tomaram conta do Governo nesse ano. Entre eles, a convocação de uma Assembléia Constituinte (AC) a fim de se fazer a nova Constituição Política do Estado (CPE) produziu conseqüências que se refletem no contexto atual, devido às peculiaridades que a envolve. Uma delas é a questão da capital do país, em que se defende a transferência da capital de La Paz para Sucre. Tal assunto foi travado de forma intensa no âmbito da AC pelo PODEMOS, devido ao fato de Sucre ter sido a capital histórica do país, antes da transferência a La Paz ocorrida após a Revolução Federalista do final do século XIX. Assim, no contexto atual, Sucre é a capital constitucional, detentora do

⁶² CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti Jordão de. **Bolívia - A criação de um novo país**: a ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-colombianas a Evo Morales. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006. p. 203.

⁶³ A nacionalização significou o fortalecimento da empresa estatal YPBF, que seria responsável pelo transporte, refino, industrialização, comercialização, bem como os critérios de preço, volume, impostos, exportação e deteria no mínimo 50% das ações de cada empresa estrangeira exploradora de hidrocarbonetos.

Judiciário, enquanto La Paz é a capital administrativa, com o Legislativo e o Executivo⁶⁴. Tudo isso com o intuito de descentralizar o poder comprimido em La Paz, departamento de maioria indígena. Contudo, a questão da capitalidade não foi o único embate no âmbito da Assembléia Constituinte. O principal confronto se deu a respeito das autonomias regionais, cujas divergências não cessam em produzir efeitos negativos ao país.

Em 2005, os departamentos (estados) bolivianos ganharam o direito de eleger seus próprios prefeitos, antes indicados pelo presidente da República. Nesse sentido, os prefeitos da região mais rica do país, na parte leste do país, começaram a discutir intensamente as autonomias departamentais e a necessidade de tratar tal tema na Assembléia Constituinte. Formada com maioria do MAS em meados de 2006, a AC legislou sobre a questão das autonomias departamentais reconhecendo seus referendos, mas de forma que preservasse a unidade nacional. Assim, aprovou uma proposta de regionalização étnica no país, que na prática daria uma maior autonomia aos povos indígenas. Dessa forma, os índios ganhariam direitos no âmbito jurídico-territorial e relativos à valorização de suas normas costumeiras, que teria implicação sobre o uso do solo e dos recursos naturais. Esses direitos afetariam a autonomia pretendida pela região mais rica do país, formada pelos quatro departamentos da parte leste⁶⁵.

As agitações por autonomia departamental recrudesceram significativamente, em contraste com as autonomias indígenas defendidas pela maioria da população e pelo Presidente. O ápice da busca dos departamentos por autonomia foi a retenção de parte do imposto gerado pela exploração dos hidrocarbonetos pelo Governo Central, a fim de usá-lo em um programa de apoio aos idosos, bem como a posterior aprovação do restante da Constituição Política do Estado sem a presença da oposição, ignorando de forma impositiva as questões pendentes. A nova CPE reafirmaria um Estado unitário, plurinacional e multicultural, com autonomia das comunidades indígenas, uma redistribuição das propriedades e redefinição territorial. Dessa forma, as implicações e características dessas

⁶⁴ DOMINGUES, José Mauricio. “A Bolívia às vésperas do futuro” In: **Análise de Conjuntura. Observatório Político Sul Americano**. Rio de Janeiro, setembro de 2008. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/51_analises_AC_n_09_set_2008.pdf> Acesso em: 15/10/2008.

⁶⁵ GUIMARÃES, C; DOMINGUES, M. “As Reformas Bolivianas e o Contexto Sul Americano Atual” In: **Análise de Conjuntura. Observatório Político Sul Americano**. Rio de Janeiro, vol. 5. maio, 2007. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/32_analises_AC_n_5_mai_2007.pdf> Acesso: 05/06/2008.

buscas por autonomia, tanto a departamental como a das comunidades indígenas serão analisadas no capítulo seguinte, de forma que se possa entender a crise enfrentada pela Bolívia.

3. A Busca por Autonomia

O presente capítulo discutirá os fatos relativos à busca por autonomia almejada pelos grupos indígenas e pelas elites do leste boliviano. Em relação aos primeiros, após séculos de exclusão, a autonomia pretendida finalmente poderá ser conquistada. Durante séculos, a comunidade indígena demandou o reconhecimento de direitos, dentre os quais a autonomia sempre esteve presente. Já a departamental, cobiçada pelas elites, tem gerado grandes conflitos com o Governo central, que se nega a permitir esse anseio. Apesar de não gozar de tanto tempo, essa autonomia possui suas raízes em sentimentos regionalistas de meados do século passado. Logo, as ameaças e pressões vindas desses movimentos merecem destaque, pois têm sido responsáveis por crises políticas e pela divisão do país, fatos que têm gerado instabilidade na região e efeitos diretos sobre os países vizinhos.

Primeiramente, deve-se detalhar a origem desses sentimentos e seus motivos, o tipo de autonomia pretendida e quem deseja tornar-se autônomo, assim como as implicações que estes episódios têm tido para a Bolívia. Depois, as conseqüências para as relações internacionais, principalmente para os seus países vizinhos serão avaliadas a fim de se descobrir as reais ameaças que estes movimentos têm gerado, bem como as implicações dos episódios atuais. Tudo isso será analisado na esfera teórica trabalhada no primeiro capítulo, juntamente com a utilização dos principais atores destacados no segundo capítulo, com o intuito de auxiliar no entendimento de tais acontecimentos.

3.1 Histórico da autonomia indígena

A busca por autonomia das comunidades indígenas existe desde antes da independência boliviana. Existem diversos registros de lutas indígenas contra a dominação espanhola. Por isso, os índios participaram das lutas de independência juntos com diversos outros grupos sociais. Contudo, a repressão e exploração não cessaram.

Os movimentos sociais indígenas nunca deixaram de reivindicar seus direitos, sempre demandando reconhecimento de suas terras e de suas etnias frente ao Estado. Inicialmente, diversas terras indígenas foram mantidas pelo Estado após a independência, a fim de

prolongar a mão-de-obra indígena para as minas. Assim, gozavam de certa autonomia, pois pagavam impostos e trabalhavam. Contudo, o posterior confisco de terras indígenas culminou nos primeiros levantes indígenas, sendo que o primeiro grande massacre ocorreu em 1867, quando o exército do presidente matou seiscentos índios⁶⁶. Assim, durante quase todo o século XIX, as massas indígenas eram desarticuladas e não participativas, concentradas em áreas rurais. Em contrapartida, a vida política era dominada pelos racialmente e culturalmente brancos, alfabetizados e falantes de espanhol, concentrados em áreas urbanas⁶⁷. A primeira mobilização indígena com alguma coordenação aconteceu no final do século XIX, da qual participaram os aimarás e os quéchuas, cuja manifestação se deu contra as terras confiscadas pelo Estado, que passou a vendê-las a quem detinha o capital. Demandaram, também, uma autonomia administrativa, por meio da qual teriam maiores poderes de organização em seus territórios.

Posteriormente, os movimentos indígenas começaram a se organizar com o intuito de participar de forma mais representada na política do país. As primeiras décadas do século XX, portanto, significaram o aumento do interesse indígena em procurar representar-se politicamente, principalmente reivindicando propriedades perdidas nas aquisições regulamentadas pela Constituição do Estado de 1880. Tal representação era limitada, apesar disso, uma vez que os indígenas tinham dificuldade em buscar seus direitos, devido ao fato de não serem bem vindos nas partes urbanas das cidades bolivianas. Inclusive, houve uma lei que os proibia de circular em locais centrais urbanos. Nessa época, a política era controlada pelas empresas exploradoras de estanho.

Os índios conseguiram ser inseridos em sindicatos camponeses a partir da Revolução Nacionalista da década de 50. Por meio dela, os indígenas puderam fazer valer alguns de seus interesses, embora novamente de forma limitada, uma vez que eram tratados como meros integrantes de uma classe pobre e excluída, e não como indígenas. No entanto, por meio das conquistas da Revolução, o voto foi ampliado a todos os habitantes da Bolívia, bem como o acesso à educação tornou-se mais fácil, devido à implementação de escolas em algumas zonas rurais. No final dos anos 60, surgiu o movimento Katarista, representado por índios, majoritariamente da etnia aimará, que foram beneficiados com a educação do meio rural e,

⁶⁶ CHIAVENATO, Júlio José. **Bolívia: Com a pólvora na boca**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 34.

⁶⁷ KLEIN, Herbert S. **Parties and Political Change in Bolivia – 1880-1952**. London: Cambridge University Press, 1969. p. 10.

posteriormente, do meio urbano. Obtiveram diversas conquistas em relação à difusão da cultura aimará por meio de rádio e do apoio da Igreja, mas puderam perceber mais claramente o sistema estatal consolidado, com a população urbana mestiça, falantes unicamente do espanhol e os aparatos e instituições sem a presença indígena. O exercício da cidadania só poderia ser exercido por meio do espanhol, já que era o idioma oficial do sistema universitário, dos serviços e do vínculo com a Administração Pública ⁶⁸. Ainda assim, lideraram a criação da Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), a principal associação representante do setor rural.

As décadas seguintes foram marcadas pelo surgimento de indígenas no âmbito político, como candidatos a deputados e prefeitos, bem como o surgimento de uma organização indígena da parte leste do país, em meio às concentrações de latifundiários, empresários e exportadores. Em meados dos anos 90, a promulgação da Constituição do Estado garantiu reconhecimentos históricos aos indígenas, como a multietnicidade e o pluriculturalismo do Estado, o respeito e proteção aos direitos dos povos indígenas e às terras comunitárias, embora não garantisse a jurisdição sobre elas. O diálogo atingiu seu ápice quando Evo Morales se candidatou à presidência e ficou em 2º lugar no ano de 2002. Após alguns anos, conseguiu se eleger com grande apoio da comunidade indígena, tornando-se o primeiro presidente indígena da história boliviana.

3.2 Histórico da autonomia departamental

Os departamentos que demandam autonomia na Bolívia estão concentrados em uma região chamada de Meia Lua, devido à disposição geográfica em que estão situados. Mais recentemente, o departamento de Chuquisaca se juntou a essa demanda. A imagem seguinte ilustra essa parte da Bolívia, formada por planícies e responsável por uma grande contribuição ao PIB boliviano.

⁶⁸ LINERA, Álvaro García. **Autonomías indígenas y Estado multicultural**: Una lectura de la descentralización regional a partir de las identidades culturales. Disponível em: <http://www.cebem.org/admin/cmsfiles/archivos/Autonomias_indigenas_y_Estado_multicultural.pdf>. Acesso em 15 out 2008.

Figura 1 – A Meia Lua boliviana



Fonte: ST Jacques Online. **Crisis in Bolivia**. Louisiana, 2008. Disponível em: <http://stjacquesonline.blogspot.com/2008/08/crisis-in-bolivia-paro-in-media-luna.html>> Acesso em: 20 out 2008.

A autonomia pretendida pela região abrange desde o início quatro departamentos, considerados responsáveis pelas maiores divisas do país e onde o nível de pobreza é menor. Os departamentos de Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija iniciaram as agitações por autonomia em relação ao Governo Central claramente como um ato de oposição, uma vez que se sentiram prejudicados e injustiçados pelas políticas desenvolvidas por ele. Como resultado, tais regiões levaram adiante suas pretensões e conseguiram a aprovação de estatutos próprios, referendados pela população de cada departamento. Cada estatuto concederia uma maior autonomia às regiões, que envolvia a escolha da destinação de seus recursos naturais, a aplicação dos impostos arrecadados, definição do sistema educacional e administrativo, isto é, tal autonomia departamental significaria uma legislação própria para esses departamentos. Tudo isso tem a ver, embora não explique totalmente, com a centralização do poder que ocorre na Bolívia desde a sua independência.

Nos anos 50, a região de Santa Cruz criou um Comitê a fim de defender interesses regionais, bem como defender uma maior integração com a economia boliviana. Tal grupo, chamado de Comitê Pró Santa Cruz possuía como principais representantes os setores dominantes do comércio, tais como federações de pecuaristas, de agropecuária e indústrias. Criou-se, também, a *Unión Juvenil Cruceñista*, formada por estudantes de classe média e alta. Obteve vários avanços, como uma melhoria no recebimento de créditos e grande participação na exportação de produtos agrícolas à região ocidental, do Altiplano. Por meio do Comitê, diversas construções de infra-estrutura foram feitas, bem como a expansão dos serviços urbanos. Nos anos 70, sua participação nas exportações nacionais concentrava-se basicamente em petróleo e gás natural, seguidos pelo algodão. Apoiou governos militares, pois recebia créditos e terras. Nascia, portanto, uma neo-oligarquia beneficiada pelas exportações de açúcar, algodão, soja e, principalmente, do gás natural⁶⁹.

A busca por autonomia na região da Meia Lua possui suas raízes concretas na década de 80, época em que o gás natural começou a adquirir importância à economia do país. Assim, pequenos grupos em contato com o gás natural, principalmente em Santa Cruz, começavam a se beneficiar com as privatizações e os investimentos estrangeiros feitos em empresas vinculadas à economia de mercado. A questão da descentralização não foi levada adiante devido à fraqueza do primeiro Governo após a redemocratização, mas avançou em certa medida com uma descentralização fiscal por meio da Nova Política Econômica⁷⁰. Contudo, já existiam as primeiras agitações relativas à descentralização política e administrativa, principalmente relativas àqueles departamentos que queriam uma melhor distribuição do lucro por eles gerado. Falava-se, ainda que de forma isolada, em federalismo.

A década de 90⁷¹ representou uma retomada das discussões a respeito de uma descentralização, bem como a incorporação de empresas ligadas ao setor de hidrocarbonetos a organizações e associações, devido à privatização desse setor. Por outro lado, por meio de

⁶⁹ ASSIES, Willem. **La Media Luna sobre Bolívia: Nación, Región, Etnia y Clase Social**. España: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006, pp. 87-105. Disponível em: <<http://www.usal.es/~iberioame/americalatinahoy/ALH-PDF-TIFF/ALHvol43/ALHvol43Assies.pdf>>. Acesso em: 10 out 2008.

⁷⁰ BARRERA, Augusto G. **Estado, sociedad e territorio: el debate actual sobre descentralización y autonomías en la región andina**. Revista Nueva sociedad, nº 210, julio-agosto de 2007. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3449_1.pdf>. Acesso em: 22/10/08

⁷¹ Em 1996 um defensor das autonomias departamentais publicou um livro em que defende o direito de Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando de tornarem-se independentes. O autor se chama Carlos Valverde Barbery e conta a história boliviana a partir da visão da região leste, mostrando seus costumes, culturas e líderes para, no final do livro, exigir a independência dessa região, devido ao fato de não fazerem parte da outra Bolívia e possuírem supostamente uma identidade própria.

pressões das organizações civis, houve a promulgação da Lei de Descentralização Administrativa cuja finalidade era a transferência de competências aos departamentos. Entretanto, após algumas mudanças no Congresso, a Lei foi aprovada sem qualquer menção a governos departamentais, ao tempo em que se estabelecia a continuação das nomeações dos prefeitos pelo Presidente. Introduzia, também, Conselhos departamentais com competências técnicas. Em nível municipal, a Lei de Participação Popular garantiu a criação de novos municípios, atribuindo-lhes jurisdição sobre zonas rurais⁷².

Nos outros territórios da Meia Lua o regionalismo também se fazia presente. No final dos anos 90, Tarija descobriu novas reservas de gás natural e aumentou sua inserção nas exportações do país, o que garantiu ao departamento uma das maiores reservas da América do Sul. Em relação aos departamentos de Beni e Pando, sua adesão aos movimentos de autonomia somente se daria alguns anos depois, ao serem conduzidos por Prefeitos opositores ao Governo.

O surgimento do Movimento Autonomista *Nación Camba* a partir de 2001 provocou as mais diversas reações pelo país. O Movimento estabelece a criação de um Estado autônomo na parte leste do país. Por meio de declarações e documentos, que destacam os índices de desenvolvimento e crescimento da região da Meia Lua, o Movimento prega a secessão, uma vez que a parte oeste, repleta de indígenas, seria conservadora, não liberal e responsável pelo atraso do país. Alega a existência de uma identidade própria, baseada em uma cultura mestiça proveniente do cruzamento de espanhóis com guaranis. Reivindica, portanto, o reconhecimento de uma identidade própria, a autodeterminação, o direito aos recursos naturais da região, isto é, um modelo totalmente autônomo com capacidades jurídicas, executivas e legislativas próprias. Tal Movimento, contudo, representa o radicalismo exacerbado em meio aos movimentos autônomos, que em sua maior parte não ameaçam nem buscam a separação, mas somente uma autonomia.

A partir de 2003, a consolidação do departamento de Santa Cruz como líder dos movimentos autônomos tornou-se clara devido à militância de Rubén Costas, prefeito da região. Com o apoio de outros três departamentos (Tarija, Beni e Pando), a região da Meia

⁷² ASSIES, Willem. **La <<Media Luna>> sobre Bolívia: Nación, Región, Etnia y Clase Social**. España: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006, pp. 87-105. Disponível em : <<http://www.usal.es/~iberoame/americalatinahoy/ALH-PDF-TIFF/ALHvol43/ALHvol43Assies.pdf>>. Acesso em 10 out 2008.

Lua começou a demandar autonomia de forma mais insistente e entusiasmada. Os Comitês dos departamentos da Meia Lua afirmaram que declarariam a autonomia regional caso não fossem consultados sobre a venda de gás natural ao México e aos EUA, por meio do território do Chile. Seguiram diversas manifestações pró autonomia em toda a região da Meia Lua, resultando em conflitos provocados pela *Unión Juvenil Cruceña* e *Nación Camba* contra pessoas que se opunham à autonomia departamental.

Em 2005, mais conflitos ocorreram acerca da convocação de uma Assembléia Constituinte, demandada principalmente pelos indígenas. Nesse ano, os departamentos ganharam o direito, após pressões civis, de elegerem seus prefeitos em vez de o Governo central nomeá-los. No ano seguinte, a região da Meia Lua convocou um referendo a respeito das autonomias, o qual somente recebeu aprovação nos departamentos da Meia Lua. Nos demais departamentos, o sentimento contra a autonomia prevaleceu. Não obstante, os comitês representantes dos movimentos autonomistas, liderados pelos prefeitos, deram início à formação de estatutos próprios, que seriam uma espécie de Constituição departamental. Tudo isso ocorreu como forma de oposição às políticas do presidente Evo Morales eleito naquele ano, que antes da convocação dos referendos havia nacionalizado o setor de hidrocarbonetos (petróleo, gás natural), revisto contratos com empresas que exploravam os recursos naturais do país e posteriormente retido uma parcela do imposto direto sobre hidrocarbonetos com a finalidade de ajudar os idosos.

3.3 Autonomia pretendida por cada Movimento

No caso indígena, a autonomia significa o direito sobre territórios historicamente suprimidos, a administração dos recursos naturais, o fortalecimento das organizações originárias, sistemas educativos e de saúde próprios, e principalmente a manifestação de suas culturas como base para a visão que têm sobre tudo. Os indígenas querem seus direitos políticos garantidos, com a possibilidade de escolher suas autoridades, sem deixar de lado a autoridade do Estado boliviano. Logo, apesar de terem sua etnia, sendo quéchua, aimará ou guarani, eles desejam um Estado multicultural, no qual haja igualdade de direitos, condições e oportunidades para todos. Desejam, ao mesmo tempo, que exista um pluralismo jurídico, isto é, uma justiça baseada em sua cultura e costumes, que deveria ser equivalente à justiça comum.

As etnias indígenas na Bolívia representam mais da metade da população do país, estando concentradas principalmente nas terras altas e em zonas rurais ⁷³. Nesse sentido, a autonomia pretendida por eles possui valor histórico, pois conseguiram manter sua cultura e dialetos com o passar do tempo, ainda com a grande perseguição, repressão e exploração de quem sempre deteve o poder na Bolívia. Primeiramente, os espanhóis, depois os crioulos falantes de espanhol e, posteriormente, os brancos e mestiços.

Como todo movimento, a autonomia indígena pretendida também é defendida por grupos radicais cujas propostas envolvem a separação do Estado, uma vez que constituem supostamente uma nação a parte. Tais movimentos se negam a existir sob o domínio de um Estado boliviano opressor e racista, e algumas ramificações reivindicam a criação de uma nação inca, que remeteria aos seus antepassados. Contudo, os indígenas em sua maioria não querem separar-se para criar uma nova nação. Acima de tudo, necessitam o reconhecimento oficial de sua existência e o direito de sobreviverem de acordo com seus valores e tradições.

Do outro lado, a autonomia pretendida pela elite possui fundamentos oposicionistas e em grande parte econômicos. Os movimentos autônomos departamentais ganharam força e adesão principalmente em oposição aos indígenas, que estavam evoluindo em seus debates também autônomos. Os departamentos da Meia Lua demandam autonomia financeira, política e administrativa. Assim, querem ter o direito de administração sobre suas instituições públicas, a destinação dos impostos recolhidos, a volta dos impostos diretos dos hidrocarbonetos destinados aos idosos, administração sobre a exploração dos hidrocarbonetos, o direito de propriedade, a criação de suas próprias leis, administração do transporte, da saúde, da educação e da economia.

O departamento de Santa Cruz foi financiado pelo Governo Central em grande parte do século XX, por meio de investimentos e subsídios, quando ainda era pouco povoado. A região concentra quase a metade do todo o PIB do país, sendo responsável pelas maiores reservas de gás natural e petróleo, bem como do agronegócio. Concentra o menor nível de pobreza do país, com grande quantidade de classes alta e média. Logo, a autonomia pretendida não possui natureza meramente administrativa, já que demandam a autonomia de todos os tipos, com o intuito de atingir seus objetivos e interesses, claramente opostos aos da

⁷³ Instituto Nacional de Estadística. **INE**. La Paz, 2001. Disponível em: <<http://www.ine.gov.bo>>. Acesso em: 15 set 2008

“outra” Bolívia, de população pobre e miserável. O principal líder dos movimentos é o prefeito de Santa Cruz que, assim como os outros prefeitos da Meia Lua, insiste em auto denominar-se Governador de Santa Cruz, atribuição legalmente inexistente no país ⁷⁴.

Em algumas partes da Meia Lua, sentimentos de ódio e preconceito contra os índios são bastante comuns. Muitos deles acusam o indígena pelo subdesenvolvimento do país, bem como por passar a idéia que na Bolívia só existe indígena. Para exemplificar isso, o jornal chamado La Nación citou a candidata a Miss Universo na Bolívia em 2004. Ela afirmou que “... infelizmente, as pessoas que não conhecem muito sobre a Bolívia pensam que todos somos índios; é La Paz a imagem que reflete isso: gente pobre, de baixa estatura e gente índia. Em Santa Cruz de La Sierra, somos altos, somos brancos e sabemos falar inglês” ⁷⁵.

3.4 Justificativas e Sustentações da Busca por Autonomia

Ambos os movimentos autônomos procuram artifícios a fim de legitimarem suas pretensões e buscas. Assim, utilizam-se de princípios universais, documentos internacionais ratificados pelo país, argumentos históricos e até ações contrárias à legalidade. Nessa busca por legitimidade, torna-se necessário analisar no que cada movimento se sustenta, bem como o pretexto maior que guia o prolongamento de suas reivindicações.

3.4.1 Departamental

A autonomia departamental demandada pelas elites possui peculiaridades que devem ser analisadas, devido aos motivos que as levam a exigir a autonomia. Primeiramente, desde a década de 80, uma direita empresarial elitista na região da Meia Lua, principalmente concentrada no departamento de Santa Cruz, iniciou os debates sobre a descentralização do poder que, embora em tese seja benéfica, ela possui fundamentos expressamente econômicos, relativos a privatizações, investimentos estrangeiros, impostos e exploração dos recursos naturais, principalmente o gás natural.

⁷⁴ VOLTA por cima. **Carta Capital**. São Paulo, n. 509, p. 43, 20 ago 2008.

⁷⁵ Separación de bienes y raíces. **La Nación**, Argentina. 2007. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=371528> Acesso em 2 out 2008.

Tal fato remete à época em que a Bolívia viveu o ciclo do estanho, no início do século XX. As minas de estanho dominavam a economia boliviana, sendo controlada por três grandes empresas que industrializavam o estanho fora do país. Assim, quaisquer que fossem os interesses dessas empresas, na maioria das vezes condicionados à preferência estrangeira, todos aqueles beneficiados com a indústria do estanho faziam valer suas preferências no âmbito político. Isto porque os políticos se beneficiavam com essas empresas e vice-versa, conduzindo o país como se esse fosse um grande campo privado. Esse grupo de empresas, conhecido como *rosca*⁷⁶, discutia políticas, infra-estrutura e projeções para o país, não se limitando, portanto, à exploração e comercialização de estanho. Quase toda a produção de estanho ficava concentrada nesses grupos oligárquicos⁷⁷. Percebe-se, portanto, a inexistência de uma autonomia relativa do Estado na qual ele deva se parecer neutro frente às diversas classes da população. Nesse caso, o Estado claramente representa os interesses de uma classe específica, cuja existência se prolonga até os dias atuais. Essa classe poderia ser considerada, em parte, uma neo-oligarquia. Isso devido ao fato de essas classes dominantes que detêm o poder econômico serem responsáveis pela maioria da riqueza gerada no país, assim como pela maior taxa de arrecadação do Estado e se utilizarem disso para o benefício de uma classe minoritária. Nesse sentido, enquanto classes neo-oligárquicas, elas terão a capacidade de influenciar direta ou indiretamente o poder político.

Essas neo-oligarquias serão amplamente representadas pelo Estado por ele ser um Estado de classe, isto é, ligado à acumulação do capital, devido ao fato de os agentes estatais necessitarem de recursos para os seus fins políticos, de acordo com Claus Offe. Logo, é possível afirmar que os interesses da classe dominante localizada na Meia Lua serão mais facilmente atendidos, levando em consideração o caráter capitalista e classista do Estado. A autonomia relativa de um Estado em uma sociedade capitalista dirá respeito à necessidade desse Estado de parecer neutro frente a toda população. Dessa forma, um Governo de direita, com interesses claramente baseados no setor econômico que impulsiona o país, irá utilizar tal autonomia a fim de se legitimar frente à população, como se fosse uma mera instituição que existe para atender o interesse de todos. Contudo, com um governo de esquerda no poder, como é o caso de Evo Morales, o setor econômico não se interessará pelas mudanças por ele propostas. Não aceitará a inclusão de certos atores, como os indígenas, na política e muito

⁷⁶ Rosca devido ao fato desse grupo não transferir os benefícios e lucros da indústria do estanho ao resto da população, tornando-os parte, portanto, de uma estrutura que girava em torno de si própria.

⁷⁷ ROCHA, Maurício S; CÂMARA, Marcelo A; SEGABINAZZI, Alessandro. **Bolívia**: de 1952 ao século XXI. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão: IPRI, 2006.

menos para dividir terra ou a utilização da mesma. De certa forma, nesse sentido, a autonomia relativa do Estado é desmascarada, pois provoca a percepção de que as políticas para o benefício da maioria não serão facilmente aprovadas e consentidas, principalmente por aquela parte da sociedade, a elite, que terá de partilhar seu poder econômico com a maioria trabalhadora e pobre do país. O Governo de esquerda, nesse caso, promoverá políticas que farão com que a elite ceda ou perca a disputa política de alguma forma.

Por meio da existência dessa classe dominante no poder, o Estado funcionará como mediador de crises, ou seja, mediará aqueles conflitos que ocorrem por contradições da produção capitalista. Isso significa que o Estado deverá criar condições de acumulação, evitando um embate entre as unidades acumuladoras e a classe trabalhadora, conforme discutido no primeiro capítulo a respeito do pensamento de Offe. Logo, ao criar tais condições de acumulação, os interesses dessa elite são automaticamente atendidos. Entretanto, com a chegada de novos grupos à cena política, como a comunidade indígena, a luta de classes se dará dentro do aparelho estatal. Nesse aparelho, segundo Poulantzas, o Estado promoverá a unificação dos interesses das elites e agirá como intermediário entre os conflitos dessas elites com a comunidade indígena. A perpetuação dessa classe dominante se dará por meio de uma ideologia, isto é, o conjunto de valores, crenças e noções da realidade que legitimarão a existência e o funcionamento de um Estado de classe.

A classe dominante boliviana, concentrada na parte leste, se beneficia das principais terras cultiváveis do país, desenvolvendo grandes negócios relacionados à agroindústria. Na sua busca por autonomia, tal classe utilizará sua influência econômica, devido ao fato de concentrar grande parte dos meios de produção, bem como da riqueza estatal. Utilizará tal influência, portanto, no âmbito político, ao se relacionar com os outros grupos sociais que conseguirem emergir ao cenário político. Para isso, possui o apoio do principal partido de oposição ao Governo, que é o PODEMOS.

Até algum tempo, os indígenas eram claramente reprimidos e isolados do contexto político. Durante todo esse tempo, eles foram impedidos de ter representação política, bem como de compreender o papel que poderiam ter dentro do Estado. Tudo isso por meio de um aparato estatal próprio, cuja exclusão dos indígenas era inegável, principalmente no que respeita à questão da linguagem. Nesse cenário, ainda que exista um grupo de oposição no poder, as estruturas estatais consolidadas funcionarão de forma contrária a esse grupo, e serão

controlados por quem sempre deteve o poder, isto é, a classe dominante. Entende-se, portanto, que as classes da região da Meia Lua, que sempre foram beneficiadas por um aparato benéfico a elas, unindo-as em torno de interesses pré determinados, terão de certa forma seus objetivos garantidos, ao passo que o Governo de esquerda no poder somente poderá atingir suas metas caso consiga a colaboração dessa classe.

A emergência de uma nação no espaço político com semelhança de valores, tradições e de linguagem, certa de seus objetivos e aspirações, ocasionará um conflito de classes dentro do próprio Estado. A inserção dos indígenas na briga por poder e reconhecimento de direitos diretamente por meio da estrutura política causará os mais diversos conflitos com as classes até então responsáveis pela condução do país. Infere-se, portanto, que a Bolívia enquanto formadora das nações (na concepção de Hobsbawm) foi incapaz de criar um sentimento nos bolivianos de pertencer a um Estado. Todos os elementos para esse feito, tais como a projeção de símbolos, festividades, datas históricas e sentimentos, as guerras lutadas, bem como o acesso à política não geraram um sentimento de fazer parte de um grupo. De modo geral e simplista, pode-se chegar à conclusão da existência de dois sentimentos opostos: o dos índios e o das classes dominantes.

Nessa busca intensa por autonomia, esses grupos se utilizaram de referendos próprios para legitimarem suas ambições. Nesse sentido, elaboraram estatutos próprios com características de uma Constituição regional e disponibilizaram para a aprovação de suas populações. Ainda que considerados ilegais pelo Estado, tais referendos obtiveram um grande percentual de aprovação nos quatro departamentos autonomistas⁷⁸. Posteriormente, essa oposição representada pelo PODEMOS conseguiu aprovar um referendo revogatório, que testaria a aprovação popular do presidente e dos nove prefeitos departamentais. Como resultado, Evo Morales foi ratificado no poder com quase 70% de aprovação, bem como todos os prefeitos da chamada Meia Lua. Tais referendos permitem concluir que os departamentos da Meia Lua possuem legitimidade em sua região, ainda que realizados de forma ilegal. Assim, esses movimentos departamentais não conseguirão avançar em suas pretensões sem que utilizem a esfera política e o meio democrático legal para buscarem a legitimação cobiçada, uma vez que as forças armadas têm sido leais ao Governo, bem como todos os

⁷⁸ A aprovação dos referendos em Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando tiveram, aproximadamente, 80% de aprovação em cada departamento, apesar do índice de abstenção, que chegou a 36% em Santa Cruz e 45,33% em Pando.

países vizinhos e a maioria da população, responsável por quase 70% de votos aprovando as políticas do presidente.

3.4.2 Indígena

A autonomia pretendida pelos indígenas sustenta-se pelo fato de ser o mínimo que o Estado poderia conceder após séculos de exclusão e exploração. Contudo, um dos primeiros instrumentos internacionais específicos reconhecendo os direitos indígenas foi a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada em 1989 ⁷⁹. Nesse mesmo ano, tal convenção foi ratificada pela Bolívia, tornando-se um dos primeiros países a fazê-lo. Nela, diversas garantias eram concedidas aos povos indígenas, tais como o direito à autonomia, controle sobre seus territórios, instituições, recursos naturais, reconhecimento de modos de viver diferenciados, direito ao desenvolvimento econômico de acordo com sua cultura, valores, religião e costumes. Especificou claramente o direito à autonomia e não à independência. Logo, essa convenção significou um marco para esses povos, vez que postulou a necessidade de se proteger e reconhecer os indígenas, bem na época em que eles aumentavam a representação política, por meio de partidos políticos e simpatizantes de seus movimentos.

Tal convenção ajudou, também, na promulgação de uma Constituição na Bolívia em 1994. Essa Constituição reconheceu o país como sendo multiétnico, as terras comunitárias indígenas (somente a existência, mas não a jurisdição) e aumentou a participação indígena por meio de uma Lei de descentralização administrativa. Tudo isso por meio do auxílio do então vice-presidente da República, que era indígena. Nessa época, os povos indígenas localizados na Meia Lua começaram a organizar-se para demandar autonomia, uma vez que são minoria no leste e até essa época não possuíam visibilidade no país.

A adequação da classe trabalhadora no âmbito político se dará, principalmente, por meio de sindicatos. Nesse sentido, os indígenas organizados em sindicatos e movimentos de cunho político estarão inseridos dentro do aparato estatal, de forma a disputar com aqueles que também se encontram inseridos, isto é, os representantes dos setores econômicos. Como

⁷⁹ Organização Internacional do Trabalho. **Tratamento dos indígenas**. Genebra, 2008. <<http://www.ilo.org/public/english/standards/egalite/itpp/convention/02.pdf>>. Acesso em 3 out 2008.

uma classe dominada, os indígenas terão mais dificuldades em arquitetar todos os seus interesses e torná-los coordenados entre si, uma vez que sempre esbarrarão em fatores ligados ao capital, devido à importância que esse tem, principalmente em um país cuja minoria alfabetizada e oligárquica promove seus interesses utilizando-se do capital no âmbito político.

A principal conquista dos povos indígenas e, por sua vez, a mais recente é a Declaração Universal dos Povos Indígenas, feita pela Organização das Nações Unidas em 2007⁸⁰. Nela, os direitos indígenas foram reafirmados após vários anos de negociações e estudos, garantindo os direitos humanos e liberdades individuais. As principais exigências dizem respeito ao direito à autonomia ou autogoverno nas questões relacionadas aos assuntos internos e locais, bem como de terem meios para financiar suas funções autônomas. Entretanto, está consagrado na Declaração que em nenhuma momento se deve interpretar estes direitos com o intuito de fomentar qualquer ação direcionada a desmembrar ou reduzir a integridade territorial ou unidade política de qualquer Estado soberano e independente. Além disso, as comunidades indígenas têm direito de conservar e reforçar suas próprias instituições políticas, econômicas, jurídicas, sociais e culturais, bem como todas as outras garantias estabelecidas na Declaração dos Direitos Humanos.

Um ponto importante que merece destaque é a questão da autodeterminação. Em virtude desse princípio, a Declaração dos Povos Indígenas assegura que os indígenas podem determinar livremente sua condição política e buscar livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural. Contudo, tal princípio é também utilizado na busca por autonomia departamental, protagonizada pelas elites. Isso acontece porque este princípio é consagrado pela Carta das Nações Unidas e no Pacto Internacional dos Direitos Políticos e Cívicos e refere-se ao direito dos povos de se autodeterminarem. Logo, ainda que tanto os indígenas quanto as elites se utilizem da autodeterminação dos povos, devido à abrangência da palavra povos, tal princípio não é suficiente para eles conseguirem a autonomia pretendida. Para isso, tais atores devem pressionar o Governo a fim de estabelecer um diálogo e se chegar a um acordo que seja benéfico a todos, ainda que um ou outro deva abrir mão de alguma reivindicação. Contudo, não é isso que está acontecendo na Bolívia.

⁸⁰ United Nations. **Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: < http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf > . Acesso em: 25 out 2008.

3.5 Contexto atual

Os movimentos autônomos protagonizados pelas elites, principalmente pelas uniões juvenis e os comitês cívicos dos departamentos, bem como pelo principal partido de oposição, PODEMOS, têm manifestado suas ambições de forma violenta e extremamente demonstrativas da não aceitação das autonomias indígenas defendidas por Evo Morales. No segundo semestre de 2008, tais classes bloquearam estradas, estações de trem, promoveram diversas manifestações violentas contra simpatizantes do Governo, obrigando os comerciantes e escolas a fecharem as portas. Em alguns lugares, o presidente foi impossibilitado de pousar seu avião, pois os manifestantes pró-autonomia haviam tomado os aeroportos.

No caso de Santa Cruz, o prefeito Rubén Costas fundou um novo partido, chamado de Autonomia para a Bolívia (APB). Possui o apoio de grandes empresários, como o croata Branco Marinkovic, presidente do Comitê Cívico e dono de 300 mil hectares⁸¹. O departamento possui várias reservas de gás natural e é responsável por grande parte do PIB. Assim, é claro a influência dos setores econômicos na política desenvolvida pelo prefeito, uma vez que Santa Cruz apresenta uma ampla infra-estrutura e empreendimentos que geram grandes quantidades de capital à região, por meio da exploração e exportação dos recursos abundantes em suas terras. Dessa forma, a autonomia pretendida é concentrada em uma oposição à idéia do Governo de Evo Morales de limitar a quantidade de terras para cada cidadão. Assim, os grandes latifúndios e o agronegócio poderiam ser afetados.

Os departamentos de Santa Cruz e Pando possuem uma peculiaridade que deve ser analisada. A União Cruceña Juvenil, um grupo filiado ao Comitê Cívico Pró Santa Cruz, congrega a juventude dessa região e é considerado a força armada do comitê. Essa organização promove manifestações violentas, que impedem quaisquer outras que sejam a favor do Governo. Na época dos referendos, advertiram que não permitiriam manifestações contra a autonomia departamental, principalmente realizadas por indígenas e camponeses. No caso de Pando, a violência se deu de outra forma. Em setembro de 2008, diversos camponeses favoráveis a Evo Morales foram assassinados por paramilitares da região, quando se dirigiam a uma manifestação, ocasionando em um massacre de pelo menos vinte pessoas.

⁸¹ MUITAS Bolívias. **Carta Capital**. São Paulo, n. 476, p. 34, 26 dez 2007.

A partir desses fatos, percebe-se a insurgência de movimentos repressivos que se utilizam da violência privada para fazer valer seus interesses. Portanto, é possível remeter esses casos ao período caudilhista da Bolívia pós independente. De certa forma, tais grupos que praticam violência de forma privada em defesa de interesses e de uma minoria oligárquica podem ser considerados caudilhistas, uma vez que tentam impor suas vontades de forma não pacífica e autoritária. No período caudilhista, tais líderes conseguiam, pois tinham o apoio das oligarquias e a união desses dois grupos representava o poder na época. Contudo, no período atual, tais movimentos são repreendidos pelo Estado, que detém o monopólio da violência, o que remete claramente a Max Weber. Como resultado, os movimentos em Santa Cruz são constantemente repreendidos pela polícia. No caso de Pando, o prefeito foi preso acusado de ter sido o mandante do massacre dos camponeses em sua região. Decretou-se, também, estado de sítio na região para conter as violentas manifestações.

A oposição às políticas do Governo não é feita somente por meio da violência. No caso do departamento de Tarija, que possui mais de 80% das reservas de gás natural, mas somente 4,3% da população boliviana, ela não reconheceu a Constituição quando essa foi apresentada no final de 2007. Por isso, Tarija declarou-se autogovernada e anunciou que pretendia transacionar diretamente com empresas de petróleo, se La Paz continuasse a enviar somente 11% dos royalties⁸². Tais declarações externam sentimentos de falta de unidade no país e vão contra o manifesto divulgado por Tarija logo após a independência da Bolívia, época em que era disputada por outros países. Nele, afirmava ser boliviana e que sua vontade era de pertencer à Bolívia e sem ela não queria existir no mapa geográfico⁸³.

O departamento de Beni é um caso clássico da influência exercida pelo setor econômico. Seu prefeito, Ernesto Suárez, pertence a uma das famílias que controla a indústria de alimentos em sua região⁸⁴. Dessa forma, é representado pelo partido de oposição PODEMOS e defende a autonomia da região, uma vez que acusa o presidente de monopolizar as ajudas estrangeiras que o país recebe, bem como o centralismo de poder em La Paz ser responsável pelo atraso do departamento. Uma das principais reivindicações é a limitação das terras a 10 mil hectares, que será discutida em referendo de acordo com a nova Constituição.

⁸² MUITAS Bolívias. **Carta Capital**. São Paulo, n. 476, p. 34, 26 dez 2007.

⁸³ FIFER, J Valerie. **Bolívia: Land, location, and politics since 1825**. Cambridge: University press. p.170.

⁸⁴ O POVO diz “sim” a Evo Morales. **Correio Braziliense**. Caderno: mundo. Brasília, 11 ago 2008.

Além dos quatro departamentos que formam a Meia Lua, um outro iniciou sua busca para torna-se autônomo. O departamento de Chuquisaca já marcou um referendo a fim de descobrir a posição de sua população sobre a autonomia pretendida. Uma de suas principais propostas é retirar a capital do país de La Paz e transferir à Sucre, localizada em seu departamento. Uma das recentes medidas de Evo Morales foi expulsar o embaixador norte-americano de La Paz, o qual acusou de estar contribuindo para a crise no país. Expulsou, também, a agência norte-americana anti-drogas, que ajudava a combater o tráfico de cocaína no país, devido ao fato de a Bolívia ser um dos principais produtores da droga. Nesse caso, também alegou que tal agência estava contribuindo para a crise no país, atuando como um ator político e financiando a oposição.

3.6 Autonomia e as relações internacionais

As confrontações e manifestações provocadas pelos grupos, sindicatos, comitês, partidos e prefeitos, seja contra ou em defesa do Governo têm gerado diversas conseqüências aos países vizinhos, embora a crise apresente natureza interna. Os grupos que demandam autonomia departamental tentaram obter apoio de alguns países, como o Brasil e os EUA. Ambos, no entanto, não manifestaram seu auxílio. Uma reunião de emergência da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) para discutir a crise na Bolívia defendeu o respeito às normas constitucionais bolivianas, bem como sua integridade territorial e política. Exigiram, também, que fossem investigados os massacres ocorridos no departamento de Pando ⁸⁵.

As manifestações ganharam destaque na imprensa brasileira quando os grupos a favor da autonomia departamental bloquearam estradas e danificaram gasodutos, impedindo o envio de parte do gás natural ao Brasil e à Argentina. Haveria diversos problemas ao Brasil caso a crise não fosse controlada, uma vez que o gás natural abastece grande parte do estado de São Paulo. Além disso, a crise aumentou o número de imigrantes na Argentina e no Brasil vindos da Bolívia, em busca de melhores condições de vida e trabalho. No que diz respeito ao gás natural, por mais que Evo Morales tenha nacionalizado os hidrocarbonetos de seu país, o contrato com a Petrobrás foi mantido e o Brasil é um dos principais parceiros da Bolívia, importando grande quantidade de gás natural. Um outro país que sentiu as pressões

⁸⁵ A UNASUL é um bloco que une todos os países da América do Sul, tendo sido formalmente concretizada no primeiro semestre de 2008.

provocadas pelos movimentos foi a Venezuela. Seu presidente ofereceu ajuda militar caso as manifestações fugissem do controle, que foi negada pelos militares bolivianos.

Tais situações permitam afirmar a seriedade que uma crise interna possui ao passo que pode interferir em diversos países e gerar uma instabilidade e fuga de investimentos na região. Nenhum país vizinho apóia movimentos autônomos com pretensões por vezes consideradas separatistas. Pelo contrário, priorizam a existência de um Estado politicamente organizado, com um líder democraticamente eleito e instituições fortes o suficiente para impedir desestabilizações no país.

Finalmente, as tensões provocadas por essa busca de autonomia têm contribuído para uma das maiores crises políticas na Bolívia. As propostas defendidas por Evo Morales, claramente apoiadas pela maioria boliviana, não são aceitas pelos prefeitos da chamada Meia Lua. A discussão, contudo, deveria ser concentrada no âmbito político, ainda que a oposição tenha o apoio dos setores econômicos que favorecem uma parcela relativamente minoritária. O Presidente da Bolívia, quando deixa de utilizar os aparatos democráticos para legitimar suas pretensões, provoca as mais diversas e violentas reações. Assim, a aprovação de uma Constituição sem a presença da oposição demonstrou-se o ápice da aversão da Meia Lua ao presidente e às suas políticas.

Assim como o presidente, os prefeitos dos departamentos opositoristas foram legitimados em seus cargos após o referendo revogatório realizado no segundo semestre de 2008. Assim, a legitimidade que eles possuem é inegável, mas ela não deve ser o fato gerador de políticas contrárias à democracia. O Presidente da Bolívia não deve, em prol da maioria, realizar ações e defender seus interesses sem que a sua oposição participe e opine. Dessa forma, o debate fortalecerá as instituições bolivianas e evitará o agravamento da crise no país. Enquanto não houver tal fortalecimento, a Bolívia continuará a ser um dos países menos desenvolvidos da América do Sul, com uma população majoritariamente pobre. Um país que, desde a sua independência em 1825, já teve quase duzentos golpes de Estado ⁸⁶.

⁸⁶ O BERÇO da Palavra. **Jornal do comércio**. Rio de Janeiro, painel C-8, 5 out 2008.

CONCLUSÃO

O presente estudo possibilitou responder de forma positiva aos questionamentos feitos no início do trabalho. Dessa forma, foi possível comprovar que a busca por autonomia departamental ganhou força como um ato de oposição às políticas de Evo Morales, visivelmente conectado com as propostas dirigidas aos indígenas. Por meio desses atos de oposição, percebeu-se o caráter principalmente econômico das reivindicações, uma vez que elas se concentraram em temas relativos aos recursos naturais da região, bem como os impostos e royalties da exploração de gás natural que vão para o Governo central.

De forma bem resumida, o confronto entre as duas Bolívias pode ser sintetizado em duas idéias opostas entre si. De um lado, parte oeste do país, conhecido como Altiplano ou terras altas, vive a maioria da população indígena de todo o país. Tal parte foi responsável, ainda que não exclusivamente, pelas lutas de independência e os posteriores ciclos de prata e estanho, concentrados nas mãos de oligarquias, representadas por latifundiários e com o auxílio de caudilhos. Por meio da repressão aos indígenas, ignorando seus valores tradicionais e peculiaridades, tais grupos prolongaram seus anos de poder na região. Contudo, a resistência dos povos indígenas originários nunca cessou. Começaram a ganhar importância política no século XX, culminando na Constituição dos anos 90 que lhes garantia diversos direitos e reconhecimentos. Com a chegada do primeiro presidente indígena no país, esses povos pela primeira vez sentiram-se representados da forma mais completa possível.

Do outro lado, parte leste do país, conhecido como terras baixas, surgiram classes ligadas à exploração de petróleo e gás natural, bem como exportação de soja e algodão, tudo financiado, basicamente, pelo Governo Central (localizado no Altiplano). Tal parte desenvolveu-se e teve como ápice a importância que o gás natural ganharia no final do século XX. Assim, organizações empresariais, representantes de donos de terra, indústrias, exportadores, minorias privilegiadas na região, isto é, todos aqueles beneficiados com todo o aparato desenvolvido e lucrativo, principalmente de Santa Cruz e Tarija, começaram a demandar autonomia. Obviamente sob o pretexto de haver extrema centralização de poder no Altiplano (viável, de certo modo, mas característico de um Estado unitário), demandavam a autonomia política, econômica e administrativa. Ademais, diversos movimentos pró

autonomia incorporavam em seus argumentos a existência de identidades próprias, bem como tradições, celebrações e modo de falar.

Existem diversas contradições na história boliviana, cujas conseqüências nem sempre foram negativas. Por exemplo, a Revolução da década de 50 logrou grandes resultados, como a participação dos sindicatos populares no governo, extensão dos votos e melhoria da educação nas áreas rurais. Entretanto, tal movimento nacionalista, sedento por investimentos estrangeiros, reorganizou o exército por meio da criação de escolas militares e compra de equipamentos, a pedido dos EUA, grande responsável pelos investimentos. O mesmo exército que em meados da década seguinte daria início a quase 20 anos de governos militares.

Além disso, a Revolução de 50 se esquivou de tratar dos assuntos indígenas de modo particular, de seus direitos históricos e seus valores culturais. Pelo contrário, os inseriu em questões meramente camponesas. Desse modo, as questões tratadas diziam respeito à educação, saúde, trabalho, isto é, questões meramente de uma classe marginalizada, não importando a etnia. Apesar de tal ocorrência, a Revolução conseguiu integrar os índios no âmbito sindical e organizacional, bem como implementou um aparato educacional nas zonas rurais. Os frutos dessa iniciativa seriam colhidos mais tarde, com o surgimento de índios alfabetizados aptos a participar diretamente da política.

Conseqüentemente, uma parcela de um país não pode simplesmente requisitar autonomia por meio da violência e discursos racistas. Embora o país não tenha instituições fortes e consolidadas, a oposição somente ganhará legitimidade perante a população interessada caso aja de forma democrática e por meio do exercício da política. Dessa forma, a tendência é criar as bases para o fortalecimento da democracia. A maioria da população boliviana votou em Evo Morales sabendo de suas propostas e políticas. A minoria, nessa situação, possui total direito de exigir autonomia perante o Governo central, mas deve fazê-lo sem gerar uma maior e mais extrema divisão do país, vez que naturalmente já é dividido.

Desde o final do século XX a direita empresarial vem reivindicando uma maior descentralização na Bolívia. Contudo, com a aparição de movimentos indígenas organizados e um presidente indígena eleito pela maioria, a direita empresarial tratou de mudar o discurso, demandando autonomia. Ainda que essa autonomia fosse um modo de se pedir uma maior descentralização, o diálogo tenderia a ser mais fácil, devido às críticas existentes aos Estados

unitários e concentração de poder. Contudo, não o é. A autonomia pretendida cria competências exorbitantes para os departamentos, que legislariam sobre aspectos do interesse de seu departamento e não da Bolívia como um todo. De 1940 a 1990, Santa Cruz foi receptora líquida de transferências governamentais⁸⁷. Torna-se inviável e extremamente egoísta alimentar um sentimento autônomo de uma região que necessitou de investimentos vindos da outra parte do país, a mesma parte que hoje é discriminada.

Por outro lado, as conclusões possibilitadas por meio da presente pesquisa possuem limitações que devem ser enumeradas, uma vez que a análise de uma realidade pode ser feita de diversas maneiras. Primeiramente, os obstáculos incidem sobre a própria teoria utilizada, de forma que o embasamento teórico de cunho neomarxista é por vezes amplamente determinista, ainda que qualquer teoria possua suas limitações. De certa forma, a utilização desta teoria não é suficiente para explicar as diversas forças que existem no contexto boliviano, que não se resumem somente a uma luta de classes. A respeito da história do país, a linha de investigação dos autores utilizados pode apresentar-se como um entrave à pesquisa, quando eles exaltam alguns fatos ou não abordam outros. Enfim, o tempo disponível à realização do trabalho pode ser considerado uma nova limitação, vez que a existência de diversas fontes não consultadas, principalmente escritos acadêmicos, pensadores e autores bolivianos, bem como uma comparação mais profunda dos diversos estatutos departamentais aprovados poderiam fornecer uma pesquisa mais aprofundada. Além do mais, a pluralidade indígena existente no país torna quase impossível desvendar o que cada grupo busca em termos de autonomia, se é que todos a demandam.

Por fim, o trabalho tomou diferentes rumos no decorrer da pesquisa. O estudo inicialmente foi pensado com foco somente nas autonomias departamentais, devido à exposição que ganharam no início de 2008. Após algumas leituras que resultaram na percepção da complexidade do assunto, o tema recebeu uma abrangência maior no sentido de discutir as autonomias de modo geral na Bolívia. Posteriormente, foi possível discutir as teorias que sustentariam tal tema. Novamente, o trabalho seria concentrado somente em conceitos relativos à descentralização administrativa e o federalismo, idéias que não foram levadas adiante por fugirem de certa forma do campo de Relações Internacionais. Logo, é possível perceber a abrangência que tal assunto possui e a possibilidade de futuros estudos,

⁸⁷ GALLUP, John; GAVIRIA, Alejandro; LORA, Eduardo. **Geografia é destino?** Lições da América Latina. São Paulo: Unesp, 2007.

desde pesquisas relativas a um Estado unitário que passa a ser federalista e sobre a descentralização de poder e suas implicações, até estudos que dizem respeito à autonomia pretendida por cada grupo especificamente ou por cada departamento, pois cada um possui detalhes que não foram introduzidos nesse trabalho.

Referências

- ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **O Brasil e a América Latina**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 1999.
- ASSIES, Willem. **La media luna sobre Bolívia**: nación, región, etnia y clase social. Salamanca, 2006, p. 87-105. Disponível em: <<http://www.usal.es/~iberoame/americalatinahoy/ALHPDFTIFF/ALHvol43/ALHvol43Assies.pdf>>. Acesso em: 10 out 2008.
- BEALEY, Frank. **Diccionario de Ciencia Política**. Trad: Raquel Vasquez Ramil. Madrid: Istmo, 2003
- CAMARGO, Alfredo José C. J. de. **Bolívia - a criação de um novo país**: a ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-colombianas a Evo Morales. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.
- CARMO, Marcia. **Entenda o que está em jogo na nova constituição da Bolívia**. BBC Brasil, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/portuguese>>. Acesso em: 20 out 2008.
- CARMO, Marcia. **Referendo não resolve os problemas do país, dizem analistas**. BBC Brasil, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/portuguese>>. Acesso em: 02 out 2008.
- CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 10. ed. São Paulo, 2004.
- CASANOVA, Pablo González (org.). **América Latina**: história de meio século. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. cap I.
- CEPIK, M; CARRA, C. Nacionalização Boliviana e desafios da América do Sul. In: **Análise de Conjuntura. Observatório Político Sul Americano**. Rio de Janeiro, vol. 4. abril, 2006. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/17_analises_Nacionalizacao_boliviana_desafios_America_do_Sul.pdf>. Acesso em: 07 jun 2008.

CERVO, Amado Luiz Cervo. Capítulo II. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT (orgs.). **História do Cone Sul**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CHEVALIER, François. **América Latina**: de la independencia a nuestros días. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

DEPARTAMENTO de Chuquisaca convoca referendo sobre autonomia na Bolívia. **Folha online**, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u439747.shtml>>. Acesso em: 01 set 2008.

DOMINGO, Pilar (ed.). **Bolívia**: Fin de um ciclo y nuevas perspectivas políticas (1993-2003). Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2006.

DOMINGUES, Mauricio J. A Bolívia às vésperas do futuro. In: **Análise de Conjuntura. Observatório Político Sul Americano**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/51_analises_AC_n_09_set_2008.pdf>. Acesso em: 01 out 2008.

GUIMARÃES, C; DOMINGUES, M. As reformas Bolivianas e o contexto sul americano atual. In: **Análise de Conjuntura. Observatório Político Sul Americano**. Rio de Janeiro, vol. 5. maio, 2007. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/32_analises_AC_n_mai_2007.pdf>. Acesso: 05 jun 2008.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: Programa, mito e realidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JAGUARIBE, Hélio. **Crises e Alternativas na América Latina**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

KLEIN, Herbert S. **A Concise History of Bolivia**. New York: Cambridge University Press, 2003.

_____. **Parties and Political Change in Bolivia** (1880-1952). London: Cambridge University Press, 1969.

LINERA, Álvaro García. **Autonomías indígenas y Estado multicultural**: una lectura de la descentralización regional a partir de las identidades culturales. Disponível em: <http://www.cebem.org/admin/cmsfiles/archivos/Autonomias_indigenas_y_Estado_multicultural.pdf>. Acesso em 15 out 2008.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História da América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. caps. XI, XV e XX.

MATTEUCCI, Nicola. Soberania. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

MOLINA, Fernando. **Evo Morales y el retorno de la izquierda nacionalista**: trayectoria de las ideologías antiliberales a través de la historia contemporánea de Bolivia. La Paz: Eureka, 2006.

MORALES: Bolivianos não aceitam índio na presidência. **Estadão online**, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/geral/not_ger161463,0.htm>. Acesso em: 25 ago 2008.

PARIZ, Tiago. **Autonomia de Santa Cruz aprofunda divisão da Bolívia**. Globo online. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL216885-5602,00-AUTONOMIA+DE+SANTA+CRUZ+APROFUNDA+DIVISAO+DA+BOLIVIA.html>>. Acesso em 26 ago 2008.

POUPEAU, Franck. **Bolívia**: o contra-ataque das elites. Le Monde Diplomatique. Fevereiro, 2008. Disponível em: <<http://dipl.uol.com.br/2008-02,a2193>>. Acesso em: 02 jun 2008.

PRUDENCIO, Fernando Campero. **Bolivia en el Siglo XX**: la formación de la Bolivia contemporánea. La Paz: Edobol, 2000.

REFERENDO sobre autonomia de Santa Cruz tem 85% de sim. **Globo online**, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL463684-5602,00.html>>. Acesso em 31 jul 2008.

ROUQUIÉ, Alain. **O Extremo-Ocidente**: introdução à América Latina. São Paulo: Edusp, 1992.

TUCK, Richard. **Hobbes**. São Paulo: Loyola, 2001.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. 4. ed. Brasília: Unb, 1991.